



Futebol e Política – Uma abordagem ao distrito de Castelo Branco

Joaquim Duarte Gaspar

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Ciência Política
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Bruno Ferreira Costa

Outubro de 2023

Declaração de Integridade

Eu, Joaquim Duarte Gaspar, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M11806 de Ciência Política da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 18/10/2023

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)

Dedicatória

Donec eris felix, multos numerabis amicos.

(Verso de Ovídio “Tristes”, I, 1.5)

Dedico esta minha dissertação, em primeiro lugar, aos meus queridos pais, António e Nazaré, já falecidos. Não tenho qualquer dúvida de que teriam muito orgulho neste trabalho que, humildemente, vos apresento. Estejam onde estiverem sei que estão a olhar por mim.

À minha mulher Ester e aos meus filhos, Carla e Renato, pela paciência que tiveram de me aturar alguns maus humores, que reconheço poderiam ser evitados. A ajuda que sempre me prestaram e a solidariedade e empenho com que me impulsionaram nesta difícil e árdua tarefa. Seria muito complicado conseguir o meu objetivo sem, pelo menos, a sua concordância relativamente à necessidade de ter o meu espaço, de gerir os meus silêncios, de enfrentar as minhas dúvidas e superar as contrariedades.

Aos meus netos Bernardo (Nardo) e Mafalda (Mafá) pela compreensão que me dispensaram, apesar de serem tão jovens. Sei que lhes roubei momentos de confraternização a que tinham todo o direito. Até por que não os vejo todos os dias. Souberam sempre respeitar com muita paciência os momentos de que eu necessitava para a minha privacidade.

A propósito, vem-me à lembrança uma situação que ocorreu com a Mafalda, quando ingressou no primeiro ano do primeiro ciclo. A dado momento, a Senhora Professora perguntava aos alunos o que faziam os seus avós. Chegada a vez da Mafalda, respondeu: “A minha avó Ester é professora e o meu avô Joaquim é estudante”. De facto, de cada vez que me vinha visitar, encontrava-me sempre no meio dos livros ou a estudar para as aulas.

Aos meus irmãos, João, António Carlos e Celeste. Sempre solidários. Sempre muito amigos, carinhosos e atentos.

Aos meus Amigos das Tertúlias das Segundas-Feiras (almoço), Terças-Feiras (jantar) e Sextas-Feiras (almoço). Virgílio Silva, Carlos Daniel, Jacinto Oliveira, Sebastião Pereira, António Moreira, André Cid, Luís Carlos, Dr. Hilário Costa, Dr. Juiz José Marques, Daniel Amarelo, Jorge Moreira, Vaz Pinto, João Oliveira, João Mangana, Carlos Sardinha, Rui Guilherme, João Batista e José Manuel Moura (falecido em abril de 2023). A forma amiga como sempre me apoiaram e os momentos que os fiz esperar. Os tempos

de lazer que passamos em conjunto, muito contribuem para a minha estabilidade emocional. ABRAÇO AMIGO.

Um cumprimento especial para os Amigos José Armando e Davide Soares. Sei que me admiram e respeitam com base numa amizade longínqua e sólida.

O esquecimento na referência de alguém que, por uma razão ou outra, deveriam ser mencionados, merecem um pedido de desculpas de um modo sincero, visto que não é feito com qualquer intenção.

Foi uma caminhada longa e difícil. Por vezes senti dificuldades no percurso, mas por que nada se faz sem trabalho, nunca me veio ao pensamento desistir. Por isso não será demais dizer que todos aqueles que tenho a oportunidade de referenciar, têm a sua quota parte de contribuição para que se possa levar a carta a Garcia e obter sucesso na tarefa a que me propus.

No fim e com a sensação do dever cumprido, relevam todos os momentos de sã camaradagem.

Agradecimentos

Nas palavras de José Luís Braga (2005) o problema de pesquisa tem uma particular centralidade.

Só pesquisamos porque temos dúvidas a respeito de alguma questão do mundo e do próprio espaço em que vivemos e nos relacionamos. É lógico, portanto, que as dúvidas que temos, e que serão expressas no problema de pesquisa a realizar, devem comandar todo o trabalho de investigação. Desde a busca das teorias e conceitos relevantes até à observação da realidade (coleta de dados), o tratamento desses dados e as conclusões ou inferências, que correspondem ao conhecimento desenvolvido a partir do problema que nos moveu investigar.

Agradecimento muito especial para o meu orientador Senhor Professor Doutor Bruno Ferreira da Costa.

Sempre presente para ajudar, elucidar, corrigir e criticar pedagogicamente, de uma forma afável e Amiga como é e sempre foi seu timbre.

Com a sua reconhecida erudição, mas também com uma imensa sensibilidade teórica, no modo como me orientou o trabalho com vista ao seu resultado.

Agradeço toda a amizade e aconselhamentos que me foram prestados pelo meu Diretor de Curso, Senhor Professor Luís Filipe Madeira.

Agradecimento ao Senhor Professor Doutor António Bento, pelas importantes informações bibliográficas que me prestou.

Agradeço aos meus colegas de curso, pela disponibilidade e entreaajuda que sempre mantivemos ao longo do Mestrado.

Um agradecimento particular aos meus colegas e Amigos Daniel Barata e João Morgado, pela amizade que sempre mantivemos e pela troca de impressões que fomos mantendo, apesar de não terem feito o Mestrado na nossa Universidade. Optaram pela Universidade de Coimbra.

Agradecimento às Câmaras Municipais pelas prontas respostas aos meus emails, sem as quais seria impossível terminar este trabalho.

Não posso esquecer de referir e agradecer ao meu amigo Pedro Martins, digníssimo Diretor do Jornal “Tribuna Desportiva” pelas preciosas informações que me prestou e que muito contribuíram para o cabal meu desempenho neste trabalho.

RESUMO

A relação entre o desporto e a política é um dos temas mais complexos de análise do ponto de vista do funcionamento da sociedade, tanto pela “paixão” associada ao mundo do desporto, como pelos meandros associados ao mundo da política.

No quadro da análise da vida democrática portuguesa verificamos que diversos atores políticos exerceram, previamente, funções de análise e comentário desportivo, sendo esse um caminho para assegurar a visibilidade mediática determinante para ascender a cargos políticos.

O futebol/futsal é um desporto que desperta paixões, fidelizações, disputas mais ou menos acaloradas, exacerbações por vezes inexplicáveis, movimentando milhares de milhões de euros. A fidelização a um clube de futebol/futsal é para toda a vida, sendo que se regista o acompanhamento do desporto por milhões de pessoas, o que faz com que o futebol/futsal ocupe um lugar central na sociedade.

No quadro da presente investigação, pretende-se analisar a relação entre os eleitos locais nas eleições autárquicas de 2017 (ao nível do município) e o exercício deste tipo de comentário desportivo ou exercício de funções em instituições desportivas do distrito.

Através da abordagem descritiva e tendo em consideração a análise da relação entre o exercício da atividade política no mandato 2017-2021, não se confirma uma presença simultânea de atores nestes dois domínios.

Palavras-chave

Futebol; Eleições Autárquicas; Quotas de Género; Redes Sociais; Mediatização; Política; Comunicação.

ABSTRACT

The relationship between sport and politics is one of the most complex issues to analyze from the point of view of how society functions, both because of the "passion" associated with the world of sport and the intricacies associated with the world of politics.

In the analysis of Portuguese democratic life, we can see that various political actors have previously worked in sports analysis and commentary, which is one way of ensuring the media visibility that is crucial for ascending to political office.

Football/futsal is a sport that arouses passions, loyalties, heated disputes, sometimes inexplicable exacerbations, and generates billions of euros. Loyalty to a football/futsal club is lifelong, and millions of people follow the sport, making football/futsal a central part of society.

The aim of this research is to analyze the relationship between local elected representatives in the 2017 local elections (at the municipal level) and the exercise of this type of sports commentary or the exercise of functions in sports institutions in the district.

KEYWORDS

Football; Municipal Elections; Gender Quotas; Social Networks; Media Coverage; Politics; Communication.

Índice

Introdução	12
1. Enquadramento Metodológico	17
2. Estado da Arte	19
3. Futebol e Política – uma relação umbilical	36
4. Futebolização da Política.....	41
5. Futebol e Política – o caso do distrito de Castelo Branco.....	48
Conclusões.....	62
Referências Bibliográficas	64

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Análise de responsáveis com funções públicas que integram órgãos executivos ou consultivos nos principais clubes de futebol.....pág. 41
- Figura 2 – Lista de nomes dos vários clubes: Sporting e Porto.....Pág. 42
- Figura 3 – Lista: Farense, Rio Ave, Paços de Ferreira, Benfica.....Pág.42
- Figura 4- Lista: Portimonense, Sporting Braga, Marítimo.....Pág. 43

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Câmara Municipal de Belmonte (órgãos).....Pág. 49
- Quadro 2 – Câmara Municipal de Castelo Branco (órgãos)..... Pág. 50
- Quadro 3 – Câmara Municipal da Covilhã (órgãos)..... Pág. 51
- Quadro 4 – Câmara Municipal do Fundão (órgãos).....Págs. 51-52
- Quadro 5 – Câmara Municipal de Idanha-a-Nova (órgãos)..... Págs. 52-53
- Quadro 6 – Câmara Municipal de Oleiros (órgãos).....Pág. 53
- Quadro 7 – Câmara Municipal da Sertã (órgãos)..... Págs.53-54
- Quadro 8 – Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão..... Pág. 54
- Quadro 9 – Clubes e Associações do Distrito de Castelo Branco.....Págs 55-56
- Quadro 10 – Meios de Comunicação Locais (Comentários Desportivos) Pág. 56
- Quadro 11 – Número de Clubes de Futebol/Futsal no Distrito de Castelo Branco Pág. 56
- Quadro 12 – Profissões de Órgãos Políticos Eleitos.....Págs.56-57-58
- Quadro 13 – Profissões de Órgãos Políticos Eleitos Substitutos.....Págs. 58-59
- Quadro 14 – Resultados do Rácio Cargo/Idade dos Órgãos Políticos Eleitos...Pág. 59
- Quadro 15 – Mapa Eleitoral Págs.59-60

Lista de Siglas e Acrónimos

ARCO	Associação Recreativa e Cultural de Oleiros
EUA	Estados Unidos da América
CDS-PP	Centro Democrático Social
CMTV	Correio da Manhã Televisão
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FPF	Federação Portuguesa de Futebol
MPT	Movimento Partido da Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PSD	Partido Social Democrata
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
UEFA	União das Federações Europeias de Futebol

*“In order to succeed, you must
first believe that you can.”*

(Nikcos Karazantzakis)

*“You can never quit. Winners never quit,
and quitters never win.”*

(Vinde Lombardi)

Introdução

As formas de influenciar e manipular a opinião pública estão em constante mudança.

O aparecimento de certas personalidades nos ecrãs de televisão, quase diariamente, ou com artigos de opinião nos jornais, principalmente desportivos e nas rádios contribuíram para o aparecimento de figuras com elevado grau de notoriedade, sendo que essa notoriedade é fundamental para a criação de uma relação de empatia/proximidade com os eleitores, pelo qua, estas figuras constituem, muitas vezes, um alvo de estratégia dos partidos políticos no desenvolvimento das respetivas campanhas (processo de recrutamento de candidatos).

Como exemplo de personalidades que através de cargos exercidos no futebol ou do comentário desportivo alcançaram um grau de notoriedade e se lançaram na “vida política, salientaremos André Ventura (antigo comentador desportivo na CMTV), Valentim Loureiro (dirigente do Boavista Futebol Clube e ex-presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional) e Fernando Seara, na qualidade de comentador desportivo do canal de Televisão TVI. Estes três comentadores rapidamente ganharam um grau de notoriedade elevado, sendo que todos já eram membros de um partido político (Partido Social Democrata), tornando-se, posteriormente, Presidente do Partido Político Chega e deputado (André Ventura), presidente da Câmara Municipal de Gondomar (Valentim Loureiro) e presidente da autarquia de Sintra (Fernando Seara). Esta visão nacional, permitirá assegurar um olhar mais alargado sobre a relação entre política e futebol, balizando a análise a nível distrital¹.

¹ Como foi público, Fernando Seara foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Sintra nas eleições autárquicas de 2001, tendo sido reeleito em 2005 e 2009. André Ventura abandonou o comentário desportivo para fundar o partido Político Chega e Valentim Loureiro foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Gondomar nas eleições autárquicas de 1993 renovando os mandatos em 1997 e 2001, alcançando sólidas maiorias absolutas no município do distrito do Porto.

O futebol é uma paixão coletiva e universal. É de tal maneira importante, que todos os países dos cinco continentes que têm federações de futebol, constituem a sua Seleção Nacional de Futebol através de jogadores dos diversos clubes que competem no país, sejam eles nascidos ou naturalizados nesse país. A constituição destas seleções é processo fundamental para a vertente competitiva/desportiva, através do quadro de competições internacionais da UEFA (União das Federações Europeias de Futebol) ou da FIFA (Federação Internacional de Futebol).

É, pois, por demais evidente que o futebol sendo uma paixão coletiva, tenha influência na vida social, desportiva, cultural, económica e política dos cidadãos, bem como no modo como interagem no espaço político, principalmente nos atos eleitorais, sob o manto dessa influência. Podemos trazer aqui à colação algumas referências bibliográficas que testemunham o que afirmamos como, por exemplo, o que escreve Raquel Vaz-Pinto (2016) no seu livro “Para lá do relvado”, em que se debruça sobre o impacto do futebol nas Relações Internacionais, nos jogos de poder financeiro e na tradição de um país e de que forma este desporto age como impulsionador de mudança social. Neste contexto “o futebol analisado fora das 4 linhas, sem árbitro, na perspetiva da tela que o maior espetáculo do mundo estende para lá do relvado, englobando política, finanças, cultura, publicidade e uma complexa hierarquia de bastidores, invisível para os bastidores de bancada” (Vaz-Pinto, 2016, p. 55). Roberto Jardim (2022, p. 184), escreve no seu livro “um outro futebol, pequenas histórias da bola” o seguinte: “acredito que como já dizia Aristóteles, o homem é um animal político por natureza. Assim tudo o que fazemos é político. Além disso, o futebol não é um ente à parte da sociedade. Sendo assim, tudo o que se encontra na sociedade, reflete-se no futebol e vice-versa.

Ainda sobre o tema, analisemos as palavras de Bourdieu (1966, p. 50) que afirmou que

“a vida social é constituída por espaços de relações sociais objetivas dotadas de uma lógica própria. Porque exerce pressão/constrangimento nos agentes envolvidos. É um “campo de lutas” por que aos agentes atuam conforme as suas posições no campo de forças, conservando ou transformando a estrutura: os diferentes campos interagem com uma lógica de interpenetração e de inter-relação. O futebol e a política são campos e, portanto, se interpenetram e se inter-relacionam”.

De acordo com Drumond (2020, p. 44)

“Desde muito cedo, os dirigentes dos clubes desportivos mantiveram relações estreitas com o campo político, tanto por intermédio de políticos que buscavam utilizar o sucesso desportivo, como um meio de aquisição de capital político, como dirigentes

desportivos que buscavam o apoio do Estado visando a obtenção de verbas ou outras vantagens”.

Por último e nas palavras de Claussen (2006, p. 133),

“é do seu momento que o futebol vive. De cada impulso dessa presença, germina a esperança que algo inesperado acontecerá. É por isso que o futebol catalisa potencializar que do jogo esperem algo distinto da confirmação da ordem estabelecida. A profissionalização do futebol foi o que permitiu que a sua prática fosse estendida a muitos que, de início, dele estavam excluídos: trabalhadores, judeus, imigrantes, descendentes de escravos. Para eles, o futebol é maior do que o elemento acessório mais importante do mundo. É uma outra vida o que ele promove”.

No caso concreto de Portugal, são bem conhecidos os casos de personalidades que através das suas posições no mundo do futebol, no comentário desportivo televisivo, artigos de opinião nos jornais, principalmente desportivos e nas redes sociais ocuparam, posteriormente ou em simultâneo, um lugar de destaque nos processos eleitorais.

Uma das opções dos canais televisivos, de sinal aberto ou por cabo, para produzir debate e opinião sobre assuntos desportivos, tem sido através de comentadores residentes, dando origem ao que se convencionou chamar de “painéis fixos”. Dia após dia, semana após semana, os mesmos comentadores debatem assuntos de natureza desportiva. No entanto, o comentário desportivo é muitas vezes acompanhado de mensagens políticas e/ou sociais, sendo esse impacto importante para analisar as características e o funcionamento da sociedade.

Parece evidente que o desporto é um dos temas mais observados e discutidos na televisão portuguesa. Conforme refere Pinheiro (2003, pp. 20-29) “o desporto, enquanto importante fenómeno que reflete e reforça valores e estruturas da sociedade, exerce igualmente um forte poder sobre os meios de comunicação e são estes últimos que ajudam a propagar as ideias de omnipresença do desporto”. Podemos, pois, verificar que o meio de comunicação com que o comunicador desportivo colabore, introduz diferenças no estatuto e na forma de fazer comentário. Começamos pelo estatuto: o espaço de opinião é local de poder que confere e/ou reforça o estatuto de quem nele participa e o impacto de comentário deve ser perspectivado em articulação com a projecção social com o qual os comentadores colaboram.

Segundo Rita Figueiras (2010, p. 28) “a televisão privilegia o ritmo, a dinâmica, a emoção e a *performance* da voz e do corpo”. Sendo que “a comunicação mediatizada, tornou-se,

assim, parte da cultura política” (Correia, Ferreira, Espírito Santo, 2010, p: 4-5-6). Com efeito, o que se verifica é que na televisão a componente audiovisual imprime uma forte sensação de proximidade que transforma a *mediação* dessa forma de comunicação em algo um pouco impercetível.

Os comentadores de televisão funcionam como “faróis”, como guias para o entendimento de determinado assunto, introduzindo as suas perspetivas e visões sobre os assuntos abordados. Estes contributos servem para criar, solidificar ou contrariar ideias pré-estabelecidas ou que vigoram na sociedade. A estratégia da continuidade do comentário assegurada pela permanência no mesmo programa televisivo (participação regular), bem como o processo de consolidação de um determinado público-alvo, na mesma hora, visa, sem dúvida, acertar os objetivos de formação de opinião. Este é, claramente, um ponto de partida que permite compreender a importância que estas figuras têm no panorama televisivo e na formação da opinião pública.

Nas últimas décadas os *media*, nomeadamente os europeus, sofreram uma mudança cultural significativa, da esfera racional e de esclarecimento cívico (Melton, 2001), tornando-se cada vez mais um espaço de entretenimento e crescente presença de cidadão comum (Turner, 2009). O cidadão comum/recetor tornou-se também conteúdo televisivo e as suas formas de expressão e interesses começaram a ser crescentemente valorizadas e legitimadas pela televisão. Por sua vez, com o desenvolvimento da internet abriram-se ao cidadão comum as portas do centro nevrálgico do poder dos *media*, o acesso à emissão.

As mudanças verificadas no panorama mediático ilustram, de forma clara, em que medida as transformações assinaladas se têm refletido ao longo do tempo na presença de intelectuais e cidadãos comuns nos meios de comunicação sociais.

A televisão reflete, atualmente, um conjunto de produtos comunicacionais relativos ao desporto. A formação continua a ser uma missão preponderante da televisão (dos *media*), enquanto meio de comunicação de massas, mormente quando traz à colação do público programas televisivos de entretenimento, como é o caso do desporto. Como argumenta Nuno Goularte Brandão “os *media* e em especial a televisão, são hoje os maiores distribuidores de cultura ao domicílio, pelo que, é também crescente a nossa dependência desses meios para termos um sentido de participação do mundo” (2010, p. 150).

Segundo Rita Figueiras (2019, p. 7)

“os comentadores políticos e desportivos são personalidades que colaboram de modo regular com meios de comunicação, no caso em apreço na televisão, e que são apresentados como tal por esse mesmo meio televisivo. A designação é definida pela

frequência no ecrã, em dias previamente anunciados e com horário fixo, diariamente ou semanalmente, num programa autónomo. A regularidade é um elemento importante e que distingue este tipo de colaboração da participação esporádica, ou seja, da presença de especialistas convidados para analisarem um tema que está na ordem do dia”.

Ou seja, esta vertente da regularidade cria “laços de proximidade” e de reconhecimento destes comentadores por parte do público em geral, o que permite a estes comentadores granjearem de um fator determinante para enveredar por uma “carreira política”: a notoriedade.

1. Enquadramento Metodológico

Segundo o Professor José Luís Braga (2005), fazer pesquisa solicita uma diversidade de reflexões e gestos mais ou menos complexos. É por isso que não vamos diretamente *a campo* para investigar - fazemos antes um cuidadoso planeamento, o qual se expressa num projeto de pesquisa. Como o projeto se vai desenvolvendo ao longo do próprio trabalho de investigação (o planeamento e a adaptação da investigação é constante), podemos chamar as fases iniciais de pré-projecto – ou, mais inicialmente ainda, de uma proposta de pesquisa. Deve-se enfatizar a particular centralidade, nesse planeamento, do problema de pesquisa. Só pesquisamos porque temos dúvidas a respeito de alguma questão. É lógico, portanto, que as dúvidas que temos devem comandar todo o trabalho de investigação – desde a busca de teorias e conceitos relevantes até à observação da realidade (coleta de dados), o tratamento desses dados e as conclusões ou inferências – que correspondem ao conhecimento desenvolvido a partir do problema que nos moveu a investigar.

Assinala, ainda, que geralmente os manuais de metodologia de pesquisa, enfatizam como ponto de partida para a investigação uma hipótese de pesquisa. Esta baseia-se na afirmação (hipotética, justamente) que seria investigada a fim de confirmarmos, ou não, se efetivamente corresponde aos factos. A pretendida necessidade da hipótese de pesquisa leva a um esforço do pesquisador para apresentar alguma coisa que seja aceite como tal. Como nós sempre temos ideias, impressões e propostas referentes aos temas que nos interessam (e que nos motivam a pesquisar), é fácil decidir que uma dessas proposições é a nossa hipótese. Estamos perante a existência de premissas ou de *sacações* (no dicionário Houaiss: “ideia, invenção, lampejo”. Refere-se ao habitual anglicismo *insight*). Os lampejos correspondem àquelas ideias explicativas ou interpretativas que acabamos por descobrir de modo espontâneo por nos envolvermos continuamente com um tema, por experiência prática ou por leituras. Sabemos, então, aproximadamente, o tipo de problema que nos interessa para fazer pesquisa. Mas ainda não temos certeza de como elaborar e expressar um problema de pesquisa. É um processo de elaboração que se pode desenvolver em várias fases diferentes – evoluindo à medida que estudamos autores, fazemos pré-observações e pensamos metodologicamente sobre como abordar nosso objeto.

Ainda, segundo o mesmo autor, devemos fazer o seguinte como primeiro passo: escrever tudo o que se sabe sobre o tema, incluindo dados de experiência prática, observações casuais, leituras recentes, leituras *ad hoc* (ou seja, já realizadas em decorrência de se estar a elaborar uma proposta sobre o tema). O segundo passo será utilizar as dúvidas

percebidas e começar a escrever perguntas, não havendo preocupação se são relevantes ou não. É uma fase de *brainstorm*. De seguida, devemos passar ao terceiro passo que não é mais do que a crítica das perguntas. Num quarto passo processa-se a organização das perguntas mais relevantes e secundárias; mais amplas e mais específicas; independentes entre si ou relacionadas; relacionadas em paralelo ou por subordinação; mais teóricas ou mais voltadas para a busca de dados. Num último quinto passo, chegados a um conjunto mais ou menos consistente, teremos de conseguir explicar o que é o conjunto, não devendo haver preocupação excessiva como se tudo isto fosse uma receita rígida, podendo tomar as nossas próprias decisões.

Neste nosso trabalho, iremos analisar todos os eleitos para os órgãos autárquicos no distrito de Castelo Branco para o mandato quadrienal 2017/2021, nas eleições autárquicas realizadas em 1 de outubro de 2021 (vereadores). Através de quadros descritivos, descreveremos os seus nomes, as suas profissões e idades e confrontaremos todos os presidentes dos clubes de futebol/futsal masculino e feminino inscritos na Associação Distrital de Futebol de Castelo Branco, que efetivamente representam e mediatizam os clubes, para verificar se algum ou alguma deles fez parte dos órgãos autárquicos nas eleições referidas.

Este caminho tem como objetivo dar resposta a uma pergunta central: qual a relação entre os vereadores eleitos e membros dirigentes de clubes desportivos (futebol) no quadriénio 2017-2021 no distrito de Castelo Branco?

Uma das técnicas de tratamento de dados na pesquisa qualitativa é a análise de conteúdo popularizada por Bardin (1977), dado que os elementos de pesquisa são eminentemente descritivos e caracteriza-se como estudo de natureza descritiva. Vergara (2006) afirma que a pesquisa descritiva atende de forma mais adequada aos trabalhos que pretendem expor as características de determinado fenómeno. Uma vez que se pretende conhecer e interpretar a realidade estudada, sem nela interferir ou modificar, tendo em vista descobrir e observar os fenómenos, procurando descrevê-los classificá-los e interpretá-los. Câmara (2013) e André Godoy (1995 b) defendem que segundo a perspetiva de Bardin, a análise de conteúdo consiste numa técnica metodológica para aplicação em diversos discursos e a todas as formas de comunicação.

Os dados que recolhemos para ultimar o nosso trabalho, foram obtidos através de emails enviados para todos os Municípios do distrito de Castelo Branco, Associação Desportiva de Futebol de Castelo Branco, Jornal semanal “Tribuna Desportiva”, com sede na cidade da Covilhã. Para o controlo destes dados efetuou-se, igualmente, uma análise à informação existente nas páginas institucionais dos municípios e da Associação de Futebol de Castelo Branco.

2. Estado da Arte

O nosso trabalho, debruçando-se sobre as eleições autárquicas no distrito de Castelo Branco, tem de, forçosamente, trazer à colação a teorias das elites, elites políticas e poder local, visto que os eleitos para os diversos órgãos autárquicos são escolhidos pelos partidos políticos ou por grupos de cidadãos, dada a sua notoriedade na sociedade em que estão inseridos, seja no setor desportivo, seja no setor cultural ou no setor político ou económico, tendo em vista a sua eleição ou a obtenção do melhor resultado eleitoral possível.

Segundo alguns autores, o termo elite começou a ser difundido a partir do século XVII, principalmente em França. Se inicialmente a palavra *elite* estava associada a produtos de qualidade a *nata dos produtos*, no século XVIII, o termo alargou-se a grupos sociais distintos ou de classe superior². Vilfredo Pareto (1848-1923) e Gaetano Mosca (1858-1941), ambos de origem italiana, considerados os *pais da teoria das elites* entendiam que haveria em todas as esferas, em todas as áreas da ação humana, indivíduos que se destacam dos demais pelos seus dons, pelas suas qualidades superiores. São, pois, uma minoria que se evidencia do restante povo, ou seja, uma *elite*.

Guy Rocher (1971, p. 145) diz-nos que as elites compreendem “as pessoas e os grupos que, graças ao poder que detêm ou à influência que exercem, contribuem para a ação histórica dum coletividade, seja pelas decisões tomadas, seja pelas ideias, sentimentos ou emoções que exprimem ou simbolizam”.

Pareto (1966) dividiu a sociedade de acordo com essas duas visões. Segundo ele, a *elite*, formada por indivíduos que têm maior influência, poder político, maior riqueza, é impulsionada por forças racionais, agindo com uma compreensão racional da sua própria situação. O outro estrato da sociedade a não *elite* (a massa) seria, por sua vez, impulsionada pelo sentimento irracional, impelida por forças cegas³. Nas palavras de Zeitlin (1968), Pareto tem em vista evidenciar o conceito de *circulação das elites*, segundo o qual as *elites* estão em contínua substituição ao longo do processo histórico. Isto é, o rompimento desta circulação ocasionaria a degeneração da *elite* o acumular nas *elites* de elementos de qualidade inferior e, abaixo delas, nas camadas inferiores, um

² Temos, então, dois estratos numa população: 1) um estrato inferior, a não *elite*, cuja influência possível no governo não nos interessa aqui; 2) um estrato superior, a *elite* dividida em dois: a) a *elite* governante; b) a *elite* não governante (Pareto, 1966, p. 1973).

³ Os levantes populares não têm consequências verdadeiras para o povo. Servem apenas para facilitar a caída da velha *elite* e o surgimento de uma nova. As *elites* usam as classes inferiores, dando um sentimento puramente verbal aos seus sentimentos com o fim de conservar ou tomar o poder (Zeitlin, 1968, p. 191).

acumular de indivíduos de traço superior, criando um quadro de crise propício à derrubada violenta da *elite* governante e à sua substituição por via de uma revolução⁴.

Segundo Gaetano Mosca (1966), existem em todas as sociedades, duas classes de pessoas: uma classe que dirige, menos numerosa, que exerce todas as funções políticas, monopoliza o poder e goza das vantagens que o poder traz consigo e outra, que é dirigida, mais numerosa, sendo controlada pela primeira parceira da população. Nas suas palavras, um dos aspetos mais óbvios de todos os organismos políticos era o de que havia sempre duas classes de pessoas, uma mais e outra menos numerosa, sendo que a primeira dirigida e a segunda dirigente. O que distinguia a minoria da maioria, conferindo-lhe o poder de dirigir, era, principalmente, a organização. Organizada, coordenada, ela impunha-se a uma maioria atomizada e desarticulada. Nesse contexto, “além disso, a minoria também se destacava por possuir algum atributo, alguma qualidade altamente valorizada em termos sociais, como a força física, o contacto direto com divindades, o saber, a riqueza e assim por diante” (Gryszpan, 1996, p. 37).

Outra forma de aceder à classe dirigente, segundo Mosca (1966), é através da hereditariedade, justificada pela estabilidade e permanência dessa classe. O autor chama esse conjunto de elementos de *fórmula política*, expressão que inclui os valores, as crenças, sentimentos e hábitos comuns que resultam da história coletiva de um povo e cuja deterioração seria sinal de que sérias transformações na classe política dirigente dariam origem a uma revolução⁵.

Mosca (1966) afirma que há um *método de recrutamento* através do qual a classe política admite e conserva, no seu seio, um certo número de indivíduos e recusa outros. Para que um indivíduo faça parte desta classe precisa ter duas características básicas: a) aptidão para dirigir (qualidades pessoais), b) vontade de dominar e a consciência de possuir as qualidades requeridas. No que respeita ao conceito de democracia, entendida como igualdades entre os indivíduos, soberania popular, governo da maioria, Mosca diz-nos que “é impossível que uma democracia funcione bem sem que a ação das massas populares seja coordenada e disciplinada por uma classe dirigente” (Mosca, 1968, p. 307). Gaetano Mosca partiu de uma observação qualificada que a sua vida de professor de direito lhe proporcionava, estando atento à política à vista dos seus olhos que se praticava em Itália. Concluiu, rapidamente, pela existência de um grupo especial que

⁴ De facto, haveria em todas as sociedades, ao longo do tempo, uma luta constante entre a *elite* no poder e os grupos dele excluídos. Não se trata, porém, de uma luta de classes como acreditavam os marxistas e sim de uma luta de *elites*. Trata-se de uma luta que não cessaria nunca, mesmo que fossem extintas as classes sociais, dado que ainda assim se assistiria à formação de *elites* (Grynszpan, 1996, p. 36).

⁵ Se uma nova fonte de riqueza se desenvolve numa sociedade, se a importância prática do saber aumenta, se uma antiga religião declina ou se nasce uma nova, se uma nova corrente de ideias se propaga, então, simultaneamente, ocorrem deslocamentos de longo alcance na classe dirigente (Mosca, 1966, p. 66).

detinha o poder e o usava, fazendo todo o possível para o manter. Criou designações especiais para cada elemento que isolava na sua análise e chegou a uma grande conclusão que pode estar disponível para os dias de hoje e ainda ser útil.

Fundamentalmente Mosca (1966, p. 149) pensou que toda a sociedade era dirigida por um grupo qualificado a que chamou *classe política dirigente*. Descartou as classificações antigas em monarquias, aristocracias e democracias como tipologias de pouco alcance. Deste modo, o que interessava é que em cada um destes regimes, lá estava um grupo governante escalonado do mais importante ao menos importante, pouco interessando que se chamasse monarquia, aristocracia, democracia ou república. Para ele, é sempre um núcleo que dirige a sociedade e esse núcleo é composto por uma classe política dirigente, caracterizada por um núcleo duro, e por uma classe periférica dependente que executa com legitimidade as decisões do núcleo. Mosca identifica o núcleo duro, que pode variar no tempo devido a purgas e mortes e um círculo externo de pessoas nomeadas que participam no poder como executantes. A massa lá está como destinatária das decisões.

Como consegue a classe dirigente manter-se no poder? A resposta provém de Pareto (1966): através de uma *fórmula política*, que o povo aceita porque acredita nos núcleos essenciais do discurso político do grupo. Também aqui não interessa que a fórmula seja verdadeira: interessa, sim, que funcione, isto é, que seja credível junto do povo que é o destinatário do grupo dominante. O que se reveste de grande relevância é o grau de aceitação das ideias e crenças que o grupo define junto da população votante. Em termos modernos deveríamos falar em *marketing* político. Em termos da época teríamos de falar nos três tipos de legitimação criados por *Max Weber* que dão fundamento ao exercício do poder. Nas sociedades antigas a justificação é tradicional (tradições, magia, religião, integram um padrão que é suficiente para o grupo que governa); nas sociedades modernas vigoraria o tipo burocrático-racional (o império da lei, a hegemonia das normas, os governantes como executores de um legalismo que levaria à criação de uma burocracia com os seus códigos próprios). Por último o tipo carismático cuja fundamentação é a qualidade do personagem que é o dirigente (capacidade de convencer, combater, dominar), ou seja, são tarefas para personalidades fortes. Mas para Mosca (1966) tudo são fórmulas que devem ser vistas sem paixão ao longo da história e mesmo nos momentos conturbados do presente. O real é o poder acumulado na classe política e a capacidade de exercitá-lo na sociedade.

Ainda segundo Mosca (1966), em sociedades sem instituições fortes, a classe política está habilitada a fazer o que quer, designadamente “sugar” todos os bens do Estado sem sequer uma acusação formal, a assassinar opositores sem ter de dar explicações. Os Tribunais, a Igreja, os empresários, pura e simplesmente não existem ou têm uma

existência virtual. O Estado ocupa todo o horizonte. Ele chamou a este mecanismo de fortificação da sociedade civil, *defesa jurídica*. Há todo o interesse em mostrar que Mosca não utiliza o termo *classe política* em termos de classe. Quer identificar um grupo que detém o controle dos meios políticos e não pode deixar de apontar para os que detêm o poder (classe política governante) e para os que se encontram afastados do essencial desses mecanismos (classe política não governante). As duas fações compõem a classe política de um país, uma minoria que se especializou no poder.

Outra abordagem sobre o tema é do autor americano Wright Mills (1966), a quem é atribuída a expressão “*elite do poder*”. Segundo o autor, a elite dispõe da maior parte dos meios de produção pelo qual pode, também, ser descrita como a *elite da propriedade*. A sua influência está para lá da propriedade dos meios de produção: pode financiar as fações políticas para que lhes forneçam garantias; pode criar os seus próprios políticos e lançá-los na arena e, mesmo em certas ocasiões, não recomendadas por *Schumpeter*, tomarem a cabeça de movimentos ou partidos. Mas a elite económica ou da propriedade, não se contentam com favores ocasionais, querem recompensas, querem barganhas e isso é um domínio que implica um entrosamento e um conluio entre esta elite e a elite da política devidamente eleita democraticamente, pelo que se regista que diversos dirigentes políticos acabam por ocupar cargos importantes em empresas públicas e privadas no momento da saída da atividade política (“portas giratórias”). Não há dúvida que um estudo sobre estas movimentações, a nosso ver, nos faria entender que estas duas elites estão claramente interligadas.

As elites, ainda segundo o mesmo autor, cumprem três funções, designadamente políticas, a saber:

- a) Tomada de decisão em última instância, quer em resposta, quer por iniciativa política;
- b) Definição das situações;
- c) Criação de modelos de imitação.

Não se coloca já em dúvida a capacidade da elite para tomar decisões políticas, económicas, militares e religiosas, que afetam toda a sociedade. O que se discute é quem é a elite e a sua formação e composição. Já se percebeu que as políticas públicas são a sua particular formulação. Portanto, no que toca às decisões estratégicas, não há maior protagonista. Deste modo, é importante notar que a elite não recua nas decisões tomadas e já em marcha, senão quando ameaçadas pela sociedade civil. E como isso acontece pouco, a elite política sente-se com uma liberdade extrema de experimentar aquilo que entende ser bom para a sociedade e de tratar os protestos como “*vozes dos sem voz*”.

Numa segunda instância, a elite define as situações para o público, com os maquinismos que controla. Através da área da comunicação, ela pode passar as suas mensagens ao

mesmo tempo que faz a interpretação do quadro político, do quadro económico e de qualquer quadro em que esteja interessada. Maquiavelismo? Sem dúvida que sim, um pouco, dado que a elite não pode estar à mercê de definições adversas. Tem de antecipar e utilizar em pleno todos os seus recursos, que acabam por ser os seus recursos de governo e liderança, tendo em atenção que neste processo concorrem outras elites que podem ter objetivos contrários às pretendidas pelo poder.

Na linguagem de Pareto (1966), as contra-elites tentarão dar novas ideias e desenhar um futuro mais radioso. A utopia está à “*mão de semear*” das elites ideológicas, das elites carismáticas e os comportamentos humanos descansam nos modelos exibidos, na pequena tela das elites simbólicas. O *marketing* percebeu, há muito tempo, a questão. E é por isso que usa as elites simbólicas para vender produtos através de uma publicidade intensa. O *marketing* político assumiu a mesma atitude, mas parte com grande desvantagem: os candidatos, frequentemente, não se adaptam, ou não conseguem assumir a sua condição de produto de mercado de votos, sendo que isso constituiu uma barreira para a afirmação no quadro da democracia representativa. Este caminho de afirmação do marketing político é evidente no contexto dos Estados Unidos da América, num contexto em que as operações em democracia são reais operações de gestão e de imagem (*management*) e *marketing*.

Torna-se, pois, claro, no dizer de Mosca (1966), que as ideologias, as crenças, a fórmula política, é o campo de batalha porque é este vetor que define o mundo e a vida, a conquista ou os processos de capitulação. É, por isso, que a ideologia e utopia têm de se cruzar no tempo: a ideologia erigida em fórmula pelo poder, como justificação geral do exercício do poder por uns quantos; a utopia alçada pela contra elite, pelos descontentes e pelos movimentos sociais. Este antagonismo parece ser inevitável, a não ser que a sociedade tenha grandes meios de integração dos descontentes. Finalmente, a elite fornece modelos de comportamento, uma certa exemplaridade, nomeadamente as elites simbólicas, que exercem uma atração sobre diversas camadas sociais, não dependendo para isso do seu posicionamento na pirâmide social. Os hábitos e estilos de vida podem ser imitados.

Mosca afirma que a elite política também exerce essa função de modelagem. Os aspirantes aos campos de poder têm de se identificar com a facção da elite que escolherem seguir, devem servir, mostrar a sua utilidade e esperar recompensas. Os estilos de vida são, também, aqui, duramente afetados porque o movimento é para o conformismo não em sentido lato, mas em sentido estrito. Os mais velhos da hierarquia partidária podem, entre os novos, ser conhecidos por “*dinossauros*”, mas a verdade é que é difícil desalojá-los e é melhor imitá-los.

Como afirma Guy Rocher (1971, p. 37), no seu estudo sumário sobre as elites “*poderíamos dizer que devido à proliferação das elites, a sociedade moderna traz em si mais fermentos de ação histórica e de mudança social*”.

O poder local é um poder democrático e um dos três níveis de governação pública que estão consagrados na Constituição da República Portuguesa. A Constituição da República Portuguesa, aprovada na sessão plenária de 2 de abril de 1976, entrou em vigor em 25 de abril de 1976. No seu Título VIII, Poder Local, Capítulo I, Princípios gerais, artigo 237.º regista-se que:

1. A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais.
2. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas.

Segundo Fischer, (1992, p. 106), analisar a natureza e o significado do poder local enquanto campo de investigação, com inúmeras diversidades teórico-metodológicas, é uma tarefa complexa, independente da sua escala mesmo considerando relações concretas, socialmente construídas e territorialmente localizadas, ou seja, a análise local, compreendendo-se, também, que o poder local constitui-se nas relações que delimitam o poder entre os diferentes grupos sociais, ocorrendo externamente a esta esfera. Ainda segundo Fischer (1992), para entender o local e as relações de poder nele existentes, não basta identificá-lo como o poder político. É preciso conceituá-lo como o poder exercido no campo económico, social, cultural e simbólico. Atente-se no que ela diz:

A noção de “local” contém duas ideias complementares num sentido e antagónicas noutra. Se o “local” se refere a um âmbito especial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância e certa inércia, contém igualmente o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns. E, assim, invariavelmente a análise de “local” remete ao estudo de poder enquanto relação de forças, por meio das quais se processam as alianças e os confrontos entre atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas. No entanto, se o espaço local tem um fundamento territorial inegável, não se resume a este como, aliás, assinalam os geógrafos ao nos dizerem das muitas maneiras de se construir os espaços, refutando fronteiras institucionais e reconstruindo-as em função de problemáticas adotadas (Fisher, 1992, p. 106).

Continuando a seguir a mesma autora e estando de acordo com ela

“alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se sobrepõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses, recursos e valores, num espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto. O local é menos um espaço físico e mais um conjunto de redes estruturadas em torno de interesses identificáveis. Esta identificação leva a indagações sobre o espaço político local, as competições e os conflitos, sobre a memória política local e as formas de exercício de poder. O local é, então, a singularidade, com história e memória próprias, com identidades e práticas políticas determinadas, como objeto de investigação o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído” (Fischer, 1992, pp. 106-107).

Não podemos deixar de salientar que se olharmos para este tema em escala, em dimensões, com a globalização foram-se modificando estes espaços geográficos, tanto no campo económico, social e cultural, bem como no campo político. Para Davidovich (1993), a viabilidade de uma escala local de poder, mesmo numa economia capitalista e ainda que articulada a outras instâncias de dominação, passa por um suporte de bases sociais específico, sustentado pelas elites, grupos económicos, políticos e instituições com influência efetiva. Nesse sentido, os grupos dominantes não justificam o seu poder exclusivamente pela posse de facto, mas também pela base moral e legal que buscam para este poder, representando-o como consequência lógica e necessária de doutrinas e crenças que são geralmente reconhecidas e aceites, como as religiosas e científicas. Ainda segundo o mesmo autor, os grupos dominantes locais, comportam-se como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro, na medida em que a sua constituição se dá no nível simbólico (são formados) por agentes sociais de raízes heterogéneas: profissionais, liberais, membros do empresariado local, das classes médias assalariadas do município. Esses grupos, quase sempre em minoria, acabam por ter poder sobre a região e a sua população, inclusive passando às novas gerações a sua maneira de agir e de pensar, permitindo-se não perpetuar, mas consolidar a hegemonia nas decisões locais. A população é manipulada, voluntariamente, ou não, pelo carácter simbólico de crenças, valores e outros, bem como pelos meios de comunicação (que transmitem essas ideologias) legitimando as ações dos grupos detentores do poder. O autor continua a afirmar que os grupos, entretanto, tendem a atuar de maneira relativa, mas não completamente autónoma, já que se articulam em partidos políticos, entidades de classe e/ou associações para ganharem maior legitimidade. A existência de articulação não significa ausência do conflito (lutas, negociações, alianças, antagonismos), que pode

existir com ou sem a articulação, o que, de certa forma, garante a não perpetuação do domínio de forças tradicionais duradouras.

Percebemos, pelo que já se disse, que o Estado é só um, entre dos vários modelos organizacionais e institucionais de poder. Atentemos nas palavras de Joel Felizes (1999, p. 125)

“o estado é uma das figuras que mediam o poder local, uma vez que é no cruzamento das suas várias concepções e das lutas simbólicas por elas desencadeadas que se projeta igualmente a ideia deste no nível local, o que não implica que não se deva ultrapassar a fronteira do poder nele ou por ele estabelecido, o que conforma quando se pensa na existência de uma sociedade estratificada, com grupos de interesses, micro poderes, relações individuais e de grupos estrategicamente formados. O poder político não orbita unicamente em torno do Estado, pois os Estados coexistem com outras organizações, com outras estruturas igualmente relevantes do ponto de vista da sua capacidade de determinar as trajetórias globais das sociedades. São os chamados “contrapoderes” ou mesmo a “instrumentalização” do Estado por meio de diversos agentes”.

No universo do poder local (embora não só nele) é possível a observação de um complexo relacionamento entre o poder político e uma rede de poderes difusos, que, como indica o autor, “posicionam-se diferentemente perante o poder político e, de acordo com os seus atributos que lhe são próprios, podem disputar com ele a capacidade de decisão” (Felizes, 1999, p. 125).

Para Bourdieu (1989), a interpretação da forma como se configuram estes poderes vai no sentido de distinguir entre, de um lado, os poderes difusos “organizados” como é o caso das elites político-económicas locais e, de outro lado, um poder difuso mais próximo do quotidiano social, das relações que envolvem estratégias mais ou menos conscientes de apropriação e utilização desse poder, que não é o poder político ou económico formalmente reconhecido, mas sim o poder de “classificar”, de “ver” e de “fazer ver” o mundo, de reconhece-lo com outros atributos, a exemplo dos simbólicos.

E como se articulam estes poderes difusos? A esta pergunta responde-nos Russ (1994) dizendo que podemos questionar “quem detém o poder” de diferentes formas, apelando a figuras como as elites, os grupos de interesse/pressão, a rede de relacionamentos ou mesmo uma pluralidade de poderes. Tem-se, então, lançada uma das questões centrais dos estudos sobre o poder ou o poder local: quem governa? Aqui, ousamos perguntar: quem efetivamente tem o poder de decidir? A Sociologia e a Ciência Política desenvolveram três linhas de explicativas das dinâmicas políticas e das políticas locais: a teoria das elites, o pluralismo (também considerada por vários estudiosos como parte

das teorias das elites, mudando apenas o método de análise) e o marxismo, que sublinharam fenômenos particulares e atores específicos, por isso representam visões praticamente impossíveis de se conciliarem em termos teóricos. Em termos cronológicos, a teoria das elites, investigada a partir do método reputacional, foi a primeira a destacar-se na temática, com o estudo urbano na cidade de Atlanta (EUA).

Por outro lado, e de acordo com Marques (2003) a estrutura do poder local compor-se-ia a partir da influência de determinados grupos. No topo da pirâmide estariam, principalmente, os empresários de sucesso e as lideranças políticas de destaque (as econômicas, as governamentais, as religiosas e as culturais). A inserção na estrutura de poder aconteceria pela riqueza, pelo prestígio social e pela utilização da máquina política. A coesão dar-se-ia pelos interesses comuns, pelas obrigações mútuas ou pelos hábitos partilhados por essa elite. Nesta teoria, a sociedade seria frequentemente composta por uma minoria detentora de poder (“classe superior”) em contraposição a uma maioria dele privada. A principal conclusão, nesse sentido, é que a conformação do jogo do poder local, marcado pelo poder da elite, assim como a manutenção desse controle de maneira estável no tempo, levariam a que as políticas implementadas seguissem sempre os interesses dos indivíduos ali representados, tornando completamente viciados os resultados do governo sob a democracia representativa (Marques, 2003, p. 30).

Temos, pois, que seria sempre a elite com as suas próprias dinâmicas a dominar o Estado e, quiçá, ajudada por este, a manter uma relação intrínseca entre o poder político e o poder económico. Voltando a Marques (2003), o poder nessa perspectiva, reproduzir-se-ia na socialização, na educação familiar, na estrutura de propriedades, na distribuição da riqueza (acesso a outro padrão de vida), instituições de lazer (clubes e outros que complementaríamos as organizações anteriores), enfim, na composição de pertença a redes de relacionamentos ou de organizações as quais habitualmente frequentariam, “através dos quais seriam veiculados informação, negócios, apoios, assim como construídas e comungadas visões do mundo e valores” (Marques, 2003, p. 30) A teoria das elites apresenta dois problemas principais de análise: dificuldade em incorporar as mudanças e as contingências ao processo político (alternância de poder) e de considerar a importância de atores localizados no próprio Estado. A política elaborada pela teoria das elites “causa sérios problemas à ideia de democracia e ao princípio democrático de controle dos eleitores sobre o governo” (Marques, 2003, p. 30).

Robert Dahl (1961) abordou, igualmente, o tema em busca de resolver o problema da teoria das elites, tendo desenvolvido a perspectiva pluralista do poder, no final dos anos 50. Segundo ele, a principal crítica à teoria das elites é a de que diminui a participação dos políticos e dos indivíduos nas suas análises. Para os pluralistas, quem governa, num primeiro patamar, são os partidos políticos e as organizações de interesses, mas muitas

vezes os partidos políticos são reduzidos a pouco mais que grupos de interesses ou conjuntos de indivíduos com propósitos comuns. Citando Dahl (1961, p. 17) “a unidade básica da política seria, portanto, os grupos de interesses”. Isto é, “a sociedade seria composta por uma pluralidade de grupos, cada qual com os seus instrumentos de poder e seus interesses específicos e temáticos”. Assim, num primeiro momento, nenhum grupo ficaria no poder de forma estável ao longo de muito tempo. O autor continua o seu trabalho assente numa metodologia mais plural, subsidiado no método de decisão, com o objetivo de “examinar decisões para ver que processos de influência estão presentes”, bem como de identificar os participantes na formulação das políticas e descrever o que eles faziam (Dahl, 1961, p. 17).

Elites no Poder Local:

Na sua análise sobre o poder local, Kerbauy (1992) afirma que há um vazio teórico, nas Ciências Sociais, sobre o tema do poder local. Para ela, não se consolidou uma teoria e justamente porque existem incertezas sobre o poder local. Assim, a busca pela articulação e interpretação teórica é o desafio a ser alcançado. Os estudos passam pelos métodos de investigação reputacional e de decisão. No primeiro, o poder está associado às pessoas com maior reputação ou prestígio em determinada comunidade. No segundo, o poder está associado às decisões locais tomadas por pessoas/famílias com base nos seus interesses. A partir daí, seguem as linhas direcionadas aos estudos no poder político local (antropológicos e históricos) desenvolvidas. Diz, ainda Kerbauy, que é importante o desenvolvimento de pesquisas comparativas entre os municípios. Nesses é preciso instigar o desenvolvimento de análises, “aos quais pouca relevância se tem dado no seu papel de governo municipal enquanto espaço político institucional em que se expressam à representação, aliança, o conflito e a disputa de interesses, forças e organizações sociais que marcam e moldam o território político local dentro do contexto regional e nacional” (Kerbauy, 1992, p. 20-21).

Neste contexto, salienta-se o contributo de Fischer (1992) que afirma que é preciso observar que o local não é simplesmente um recorte de algo maior, mas resultado de relações entre o nacional e o global e vice-versa. Com isso, os estudos sobre o poder local não têm que, necessariamente, se encontrarem limitados pelas fronteiras político-administrativas de um município. O fundamental para o controle político hegemónico de alguns grupos, nem sempre se encontra no interior desses limites e, muitas vezes, não tem nem existência física nos mesmos, muito embora a sua influência seja decisiva. Por isso, Fischer (1992) destaca duas vertentes principais de estudos do poder local: a primeira é a própria realidade, isto é, um cenário onde as questões de poder se revelam

concretamente no quotidiano das cidades, onde a discussão de planos diretores tem como pano de fundo a progressiva degradação urbana, a carência de serviços essenciais, a relativa desilusão com o poder de transformação dos movimentos sociais, o desgaste dos presidentes por não responderem a expectativas mínimas de qualidade da vida urbana. A segunda vertente remete para a reflexão propiciada pelas abordagens teóricas do poder local, sendo as mesmas desenvolvidas por grupos europeus (Fischer, 1992, p. 106).

Mediatização

O futebol é uma daquelas formas de cultura que tem sido sujeita a *mediação* (Thompson, 1995; Wenner e Billings, 2017) e *mediatização* (Sudgen e Tomlinson, 1994; Hepp e Knotz, 2014; Haynes e Boyle, 2017), processos através dos quais se tornou parte do sistema dos média (Whannel, 1992; Horne, Tomlinson e Wennel, 2001; Horne, 2006), e tornou a natureza destas relações efémeras (Billings e outros, 2015).

A *mediação* é um nome que podemos dar aos processos pelos quais um dado facto social gera e se reproduz em, e através de, um conjunto particular de média. Para William Mazzarella (2004), a mediação é como um processo constitutivo de vida social. O conceito de mediatização, segundo Krotz (2009, p. 19-38) remete para os desenvolvimentos históricos ocorridos em resultado da mudança (de comunicação) dos média e as consequências desta mudança, ou ainda, de acordo com um processo social, onde os média exercem uma crescente influência social, na medida em que parecem desempenhar um preponderante papel na transformação do campo social e cultural (Frandsen, 2014).

O campo mediático tem em vista fornecer aos indivíduos informações, mas também enquadrar a informação no quotidiano. Mediatização não é sinónimo de mediação. Mediação refere-se ao processo “neutro” de transmissão de mensagens através dos média. Williams apud signates (s/d) conclui que:

Nenhuma das teorias dualistas expressa como reflexo ou mediação, e nenhuma das teorias formalista e estruturalista, expressa em variantes de correspondência ou homologia, pode ser plenamente levada à prática contemporânea, já que de modos diferentes todas dependem de uma história conhecida, de uma estrutura conhecida de produtos conhecidos.

Este conceito de Williams, foi mais tarde trazido à colação por Martin-Barbero (1987, p. 135), que frisa que o mesmo conceito funciona do modo seguinte:

ofício da cultura, de cobrir diferenças e reconciliar gostos, cobrindo conflitos de classe de produção de uma resolução no imaginário que assegure o consentimento ativo dos dominados, o que culminou na inversão da cultura popular em cultura de massa, evitando que se formasse uma cultura de classe.

Signates (s/d) referindo-se à visão de Barbero, tendo em conta o significado de hegemonia no âmbito da comunicação, diz-nos que:

(...) mutação da materialidade técnica em potencialidade socialmente comunicativa, processo de transformação cultural que viabiliza as modalidades de comunicação, revelado pelas inovações tecnológicas, forma particularmente relativa ao surgimento da cultura da média, a comunicação enquanto objeto tecnológico, a interação da técnica com a sociedade. A mediação, é assim, definida como processo pelo qual os meios de comunicação adquirem materialidade institucional e espessura cultural, abordagem que supera os estudos sobre estrutura económica e conteúdo ideológico.

Mediatização refere-se a um processo de institucionalização de uma *lógica dos média* na sociedade e na política. É um processo complexo de mudança social decorrente de forte influência e da sua integração profunda nas diferentes esferas da sociedade (tal como o fenómeno da globalização). É um processo longo e dinâmico. A essência da mediatização está na importância e influência crescente dos média e difere de Nação para Nação. A mediatização afeta todas as partes da política, incluindo os processos políticos, as instituições políticas, as organizações e os atores. A influência dos média pode ser direta ou indireta, pois depende da forma como os processos são usados e qual o seu grau. O processo de mediatização caracteriza-se pela *crescente independência dos média*. Os *sound bytes* favorecem a reportagem e a cobertura de frases curtas e de preferência cativantes à custa de informação sobre temas e questões mais substanciais do debate político interno. A mediatização da política torna-se um fator incontornável da comunicação política, tendo esta acompanhado as alterações tecnológicas dos últimos tempos.

Muniz Sodré (2001, p. 163) a exemplo de outros autores, afirma a importância de distinguir a mediação da mediatização:

Mediação está presente em toda e qualquer cultura. Não há cultura sem mediação. Trabalho é mediação, assim como são as artes, as leis e a linguagem que se configura como a grande mediação universal. O Homem é um grande mediador universal por causa da linguagem, então mediação é específica da média.

Sobre mediatização, Sodré (2007, p. 17) diz o seguinte:

Por mediatização, entenda-se, assim, não a veiculação de acontecimentos por meios de comunicação (como se primeiro se desse o facto social temporalizado e depois mediático, trans temporal, de algum modo), e sim o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais com a média. A mediatização não nos diz o que é a comunicação e, no entanto, ela é objeto por excelência de um pensamento da comunicação social na contemporaneidade, precisamente por sustentar a hipótese de uma mutação sociocultural centrada no funcionamento atual das tecnologias da comunicação.

Segundo Sodré (2017) a mediatização constitui-se numa ordem de mediações socialmente realizadas, o que a caracteriza como um tipo específico de interação e que também pode ser denominada de tecno interações. Esse tipo particular de interação caracteriza-se por uma espécie de prótese mercadológica da realidade sensível, conhecida no mundo académico como *médium*. Para Sodré (2017) a mediatização resulta de uma mediação social exacerbada, um exagero de reflexividade, possuidora de um espaço próprio e relativamente autónomo diante de outras formas interativas presentes nas mediações tradicionais. O campo mediático constitui-se, hoje, em inovadora instituição técnico-simbólica, desempenhando e avocando para si novos papéis sociais, instituindo linguagens especializadas, criando um novo tipo de bios, com uma cultura própria revestida de interesses novos e particulares. A especificidade do campo mediático impõe aos demais campos, novas gramáticas discursivas que têm como função naturalizar junto à sociedade determinados modelos (códigos) de apreensão e de consumo. Tal conceção enfatiza o estudo da linguagem dos meios, de seus *modos operatórios*, assim como estimula uma maior preocupação com a sua instância de produção.

No âmbito do campo jornalístico, segundo Berger (1996, p. 90), constatamos que este se conforma em torno do *ato de nomear*, pois nele se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, dar voz, publicizar e tornar público dentro de outras competências. Outro pesquisador que aborda esta nova *approche* comunicacional é Eliseo Véron (1977) que nos diz que a busca do seu

significado não é de modo algum o de conceber um modelo teórico abstrato, mas um esquema que permita identificar alguns aspetos importantes dessas novas condições. O termo mediatização, segundo ele, está diretamente relacionado a contextos pós-industriais, cuja tecnologia está em constante evolução. Quanto mais uma sociedade esteja sofisticadamente tecnologizada, mais a mediatização é um processo em curso. Para Véron (1977), a noção de comunicação, deve satisfazer o critério de acesso plural a mensagens, das quais os meios constituem-se em suporte tecnológico, destacando o autor que como condição para a efetivação do processo de mediatização é o acesso da mensagem em si a uma pluralidade de indivíduos, não importando em quais condições, dado que, o acesso ao sentido de que as mensagens são portadoras não compõe o processo de mediatização, mas está incorporado ao acesso a essas mensagens por parte dos indivíduos. Diz-nos, ainda, este autor que aquilo que antes conhecíamos por apresentador ventríloquo, disponibilizado sobre um fundo neutro e um conjunto de imagens “maçadoras”, cede o lugar a um *apresentador contacto*, dotado de gestos, com expressões de rosto, criando como destinatário/recetor laços de complementaridade. Vista dessa forma, a televisão tem contribuído de maneira fundamental no processo de mediatização das sociedades industriais, pois essa não constitui unicamente num *meio* por ser considerado um dispositivo tecnológico. Esse conceito, segundo Véron (1977), é um conceito sociológico, pois um meio não pode caracterizar-se unicamente a partir de um suporte tecnológico. A sua definição deve comportar condições de produção (entre essas é que se encontra o dispositivo tecnológico) e também condições de receção.

Véron (1998) referindo-se ao campo político, afirma que nestes últimos anos estamos a assistir à decadência de um campo gestor de coletivos a longo prazo e, por outro lado, ao domínio crescente de outro campo, o das médias, orientado por gestões de curto prazo. Portanto a *mediatização da política* possibilita admitir que o político vem perdendo terreno em relação aos média, pelo facto de ter tentado alcançar o domínio desse campo, levando-o a perder o domínio da sua própria esfera. No que concerne à televisão e à política, Véron (1998) sustenta que sempre haverá possibilidades de negociação entre os enunciadores, ou seja, jornalistas e políticos, que disputam jogos discursivos distintos e que durante a construção de imagem de um candidato pelo campo mediático, o domínio da argumentação, esteja ele inserido em qualquer área, é tão importante para o político quanto o programa que irá propor para os seus eleitores.

Outra autora que aborda o conceito de mediatização, Maria Cristina Mata (1992) conclui que o conceito de mediatização expressa uma noção de *uso múltiplo*, remetendo à centralidade que adquiriram os meios de comunicação frente a um conjunto de práticas políticas, principalmente quando nos referimos aos processos eleitorais e ao desempenho da média no seu resultado. Afirma que o conceito de mediatização também

é válido para nomear velhas operações manipulatórias que se realizam desde o poder para legitimar temas e atores, até para descobrir novas e democráticas operações informativas que deixam transparecer as relações sociais e favorecem a pluralidade discursiva.

Segundo Mata (1992, p. 65) “en terminos globales, por mediatización de la política se entiende el proceso en y por el cual los médios que empleam tecnologia audiovisual e informática – imponen crecientemente su lógica, em la construcción de la realidad política”.

Ainda de acordo com Mata (1992) a mediatização da política ou de outros campos sociais significa ao mesmo tempo a construção de novos espaços de processamento, de debates e legitimação de ideias políticas através de estratégias que não estão circunscritas à argumentação racional, mas sim às estratégias afetivo-emocionais. Assim, mediatização, enquanto *modus operandi* do campo mediático faz com que os atores políticos clássicos, a exemplo de governantes, parlamentares, dirigentes partidários, convivam e passem a competir com atores provenientes do mundo do espetáculo, facto esse que requer uma adequação dos seus comportamentos e novas propostas de interlocução. E neste mundo do espetáculo a imprensa escrita e principalmente a imprensa falada, como a rádio e, por excelência a televisão, dão palco à média no sentido de operarem uma mediatização estratégica, ganhando visibilidade e *dimensão simbólica* face aos outros campos sociais.

Segundo Rubim (1995, p. 88)

Essa dimensão simbólica moldada pelos média é criada e alimentada por intensa manipulação de tecnologias, de uma abrangente e expansiva gama de técnicas, de uma multiplicidade de estratégias de enunciação e de simbólica específica, a dimensão pública, sempre e necessariamente habitada por imagens visuais e sociais, altera de modo significativo o estar e o ser do homem no mundo contemporâneo.

Ainda sobre a centralidade e relevância da televisão e o modo como nos transmite os factos reais, atentemos nas palavras de Weber (2000, p. 70):

A televisão é a síntese da comunicação como máquina de interiorização de qualquer fronteira, disseminação de qualquer poder ou valor. A fidelidade mimética dos média elimina polémicas, contradições sobre qualquer facto, com a mesma justificativa como que o tempo e o custo deste tempo, na, podem eliminar

a contextualização. O significado, a consequência, os motivos não importam e, portanto, a formação da opinião será a permitida, impressionista e radicalmente parcial mediatização,

A mediatização caracteriza-se, assim, por ser um tipo particular de interação, no seio do campo mediático, alicerçado, mas dimensões tecnológicas e políticas.

REDES SOCIAIS

Segundo Menair (2000) e Thussu (2007), os estudiosos dos *média* usam o termo *infotainment* para fazer referência à multiplicidade de fenômenos interligados, que caracterizam a produção televisiva noticiosa contemporânea em várias democracias ocidentais e têm como denominador comum a relevância do valor de entretenimento no desenho dos conteúdos informativos: o sensacionalismo, o enfoque em casos humanos e em episódios (mais do que em grupos ou assuntos, em menor espaço dedicado ao tema da política e da sociedade) em favor de conteúdos como o desporto, o entretenimento e os escândalos nos noticiários. (Menair,2000; Thussu,2007).

Foi-nos dado verificar que “na era dos *media* personalizados, ubíquos e evasivos, as redes sociais fazem parte da vida quotidiana da maioria dos indivíduos, independentemente do seu género e tornaram-se igualmente parte integrante da *praxis política*” (Digital New Report, 2017).

Nas palavras de Gonçalves e Elias, as redes sociais permitem criar espaços de visibilidade e sociabilidade, bem como ampliar o alcance das mensagens e influenciar os participantes que nelas participam assiduamente. Os *social media* têm sido apresentados como fundamentais para, na gestão de relações, fomentar o diálogo e a interação (troca de informação) mas também, para outros autores, como um meio favorável de *engagement* (favorecimento) (Gonçalves e Elias, 2013, p. 139). Estas dinâmicas ocorrem “em articulação estreita com os *legacy media*, em particular, com a televisão. Este meio de comunicação social é um elemento-chave na completa constelação mediática e tecnológica contemporânea e mantém-se relevante nas práticas e consumos mediáticos dos indivíduos” (Digital New Report, 2017).

Diz-nos Thompson que:

O desenvolvimento de múltiplas plataformas de comunicação em rede e a proliferação de inúmeras organizações de *media* deram, assim, lugar a um ambiente mais intenso (o fluxo de informação acelerou e os ciclos noticiosos

encurtaram) mais extensos (existem mais e diversificadas formas de acesso à informação independentemente da localização física dos sujeitos e exponencialmente potenciada pelas comunicações móveis e menos controlável pelos atores do que no passado, pois cada indivíduo pode ser *broadcaster* em nome individual e a articulação destas possibilidades à convergência trans mediática, tornou o ambiente informativo menos controlável”. (Thompson, 2002,2005, pp. 27).

O debate público permite-nos intervir, opinar e influenciar. A nossa opinião pode ser partilhada e discutida de uma forma transversal a todos os que estão inseridos no ciclo digital, sendo que

“a partir da segunda metade dos anos 2000, a *web 2.0* e em particular o desenvolvimento das redes sociais, veio permitir a qualquer participante ser uma voz ativa no debate público, transmitir a sua opinião e partilhar informação num ambiente aberto ao acompanhamento dos cidadãos. As notícias mais lidas, partilhadas e discutidas nas redes sociais por organizações profissionais de informação, no ambiente digital contemporâneo de intenso fluxo comunicativo, de múltiplas formas e canais, a digitalização dos *media* impulsionou alterações na produção e formatos de programas nos ritmos de informação e na sua relação com o auditório” (Rita Figueiras, 2017, pp. 184).

3. Futebol e Política – uma relação umbilical

Há décadas que o futebol é a principal atividade desportiva desenvolvida no mundo e em Portugal⁶. É de tal maneira central nas nossas vidas, que as televisões, as rádios, os jornais desportivos e as redes sociais preenchem a maior parte do espaço de antena com programas exclusivamente dedicados ao futebol. Os jornais desportivos destacam o futebol em mais de quatro quintos das suas páginas de desporto. Para muitos o futebol é o “desporto rei”, o “desporto espetáculo” que leva todas as semanas milhares de pessoas aos estádios de futebol e movimenta muitos milhões de euros na sua atividade. Segundo Marcel Mauss (1999) o futebol é “um facto social total”, ou seja, um fenómeno que abrange toda a sociedade, dos mais jovens aos mais idosos, impondo-se como uma centralidade social e cultural, face à sua importância crucial na vida social das pessoas, em todo o território nacional e ilhas.

É, sem qualquer espécie de dúvida, um desporto universal. Inicialmente praticado em exclusivo por homens, cedo as mulheres (23 de março de 1885) começaram também a praticá-lo.

O futebol constitui a principal atividade devidamente organizada e com expressão em todo o território. É um desporto que podemos considerar “institucionalizado”. O desenvolvimento do futebol no mundo e em Portugal, conferiram-lhe um papel essencial, colocando-o num patamar central, como elemento distintivo da nossa cultura social e desportiva. Não é, pois, difícil perceber que no futebol se cruzem os mais variados quadrantes da nossa vida comunitária e individual, desde a política às relações familiares e sociais, passando pela economia.

Tanto a nível internacional como a nível nacional, o futebol é um veículo primordial de comunicação, de diálogo pelas interações que desenvolve, mas também um veículo de tensões e de radicalizações. Por outro lado, o futebol é, também, e sobretudo um símbolo nacional (quando joga a seleção nacional) ou símbolo do município, da freguesia ou da região.

Segundo a FIFA (Federation International of Football Association) a prática do futebol iniciou-se em meados do século XIX em Inglaterra, tendo sido oficializado no ano de 1863, depois de terem sido aprovadas as regras, normas e regulamentos. No ano de 1870, ainda segundo a FIFA, foi criada a Associação de Futebol Inglês, contando no seu início com cinquenta clubes como membros fundadores.

⁶ Futebol em Portugal. In Infopédia (Em Linha). Porto: Porto Editora. 2003-2013. (Consult. 2013-05-30).

Segundo Hobsbawm (2003, p:299)), o futebol adquiriu em Inglaterra, entre os anos setenta do século XIX e o final da década seguinte, os traços institucionais e rituais que ainda hoje nos são familiares: profissionalismo, o campeonato nacional, a taça (com a peregrinação anual de demonstração do triunfo proletário à capital), o ritual de sábado à tarde e as rivalidades, geralmente entre as duas metades da mesma cidade. Não se pode, todavia, considerar que este processo de popularização tenha seguido os mesmos ritmos e se tenha manifestado de forma semelhante em todos os contextos. Mesmo na Inglaterra da segunda metade do século XIX, a estrutura do futebol profissional era bastante diferente das modalidades onde prevaleciam outros grupos sociais.

Ainda segundo Hobsbawm (2003, p:306)) a análise da introdução e desenvolvimento do desporto em diferentes contextos deve, por conseguinte, concentrar-se na politização destas atividades e na sua relação com o trabalho organizado, ou, posto de outra forma, na sua relação com a estrutura de classes e diferentes instituições, como o Estado, a Igreja e os Sindicatos, por exemplo. No caso inglês, a invenção do desporto nas classes médias e destinado a elas, combinou o elemento político e o social. Por outro lado, contribuiu para a formação de uma nova elite que, de diferentes formas, complementou, competiu ou substituiu os anteriores modelos aristocrático-militares.

A prática do desporto de futebol em Portugal, teve lugar no fim do século XIX, tendo sido, segundo alguns autores, por estudantes portugueses vindos de Inglaterra. O primeiro responsável pela sua implantação foi Guilherme Pinto Basto, cujos irmãos, Eduardo e Frederico trouxeram a primeira bola. Foi ele o responsável por efetuar uma exibição do novo jogo, que teve lugar em outubro de 1888, tendo sido também Guilherme Pinto Basto quem organizou a primeira partida em janeiro do ano seguinte. A partida de futebol, disputada hoje onde se encontra o Campo Pequeno, em Lisboa, opôs uma equipa formada por uma equipa de portugueses e uma equipa de ingleses. A equipa portuguesa logrou ganhar por 2-1. Desta forma, o futebol começou por chamar a atenção da alta sociedade, sendo marcada pela rivalidade luso-britânica⁷.

Sendo o futebol um fenómeno de massas, onde as pessoas extravasam os seus próprios sentimentos, o Estado Novo soube aproveitar este desporto para anestesiar, de certa forma, possíveis situações de conflito e de protesto contra o regime. Atentemos nas palavras de Eduardo Lourenço (1976):

Durante 30 anos, com mão noturna e diurna injetou na Nação doses cada vez mais elevadas de conformismo social, político, pedagógico, religioso, potenciando máximo os

⁷ Futebol em Portugal. In Infopédia (em linha). Porto: Porto Editora, 2003-2013.

defeitos do nosso ser coletivo. Chamava a isso fazer obra de “nacionalismo”. Aconchegar-se a Nação, explorar-lhe a infantilidade, o orgulho, a vaidade palerma, o imperialismo de pacotilha, distraí-la com os próprios defeitos, constituíram objetivo de uma “sábia política”. O apelo contrário ao trabalho sério, à iniciativa, à organização racional só em mínima.

parte alteraram aquela constante do Estado Novo, que foi o de distrair o povo. Entenda-se distraí-lo de si mesmo, narcotizá-lo, transferir para ele o sentimento de um autocontentamento inventado dos pés à cabeça para evitar a pavorosa emergência de ter um dia de se encontrar a ele face a face. Enquanto o pastor magnânimo garantiu aos vizinhos que podiam ir tranquilamente à romaria e ao futebol, pois “ele” velava, o lobo de sempre, a miséria presente, aproximou-se em silêncio ou limitou-se a mostrar as orelhas, talvez sem verdadeira surpresa para o salvador fictício que sabe nada ter feito de sério para o liquidar”. (Eduardo Lourenço, “A nova república deve nascer adulta” em “o fascismo nunca existiu”. pp: 17-18)

Acrescentava, ainda, o mesmo pensador, que o futebol integrado nos dispositivos do Estado Novo, via-se entre os fenómenos responsáveis pela produção do conformismo social durante a vigência do regime. Portugal foi dos poucos países no mundo que investiu na construção de um estádio, um Estádio Nacional (Andersen, 2007). As obras arrancaram em 1939 e fizeram desta construção um autêntico monumento nacional. Segundo Teresa Andersen (2007) era mais do que num mero recinto desportivo destinado a acolher espetáculos desportivos. O estádio encerrava outro tipo de ambições. O significado político de tal obra, não pode, por isso mesmo, deixar de ser articulado com o desenvolvimento de uma cultura de massas, mesmo que a sua expressão fosse ainda, de certo modo, incipiente em Portugal da primeira metade do século XIX e com fenómenos de estatização e ritualização da política e das suas manifestações mais comuns à época.

Com o dealbar da democracia trazida pela revolução do 25 de abril de 1974, e a profusão de meios tecnológicos, as televisões privadas como a SIC e a TVI e muito mais tarde com as televisões por cabo como a Sport TV e CMTV, os comentários desportivos passaram a encher os horários nobres de todas as televisões, incluindo a televisão pública RTP.

Determinados militantes dos mais variados partidos políticos, viram neste espaço público, face às várias centenas de milhares de seguidores fiéis destes programas desportivos, um veículo essencial para obter visibilidade com objetivos eminentemente políticos. Ou seja, através do futebol e do seu comentário desportivo, logravam alcançar a notoriedade necessária para terem a visibilidade que lhes permitissem serem eleitos

para cargos políticos, seja para deputado, seja para presidente da Câmara, vereador ou presidente de junta.

O tema das audiências foi abordado por Rita Figueiras (2017, p. 61) com as seguintes palavras: “as práticas das audiências já não podem ser confinadas a situações ou a suportes específicos, como ler o jornal ao pequeno-almoço ou ver a televisão na sala à noite”. Quanto mais audiência tiver um determinado programa de comentário desportivo, maior possibilidade terá o comentador de elevar o seu grau de notoriedade, o que o poderá ajudar em cenário de competição eleitoral.

Antes de nos debruçarmos sobre os perfis dos três comentadores ou dirigentes desportivos, que foram eleitos para cargos políticos, a que aludimos na nossa introdução, vejamos ainda mais alguns que, ao longo do tempo, preencheram aquilo a que chamamos de “relação umbilical” entre futebol e política, ou seja, comentadores desportivos e/ou dirigentes desportivos (com desempenho de atividade política): Telmo Correia, deputado do CDS, Nuno Encarnação, deputado do PSD, Nuno Magalhães, deputado do CDS, Hélder Amaral, deputado do CDS, Cláudia Santos, deputada do PS, Rui Moreira, Presidente da Câmara do Porto, Jaime Marta Soares, deputado do PSD e Presidente da Assembleia Geral do Sporting Clube de Portugal, Pedro Santana Lopes, Presidente da Câmaras de Lisboa e da Figueira da Foz, Primeiro-Ministro, em 2004, quando substituiu no Governo Durão Barroso, abandonando a presidência da Câmara de Lisboa. Pedro Santana Lopes além de comentador político foi, também, Secretário de Estado da Presidência do Conselho de ministros e Secretário de Estado da Cultura nos governos de Cavaco Silva, além de ter sido, várias vezes, eleito deputado pelo PSD. Foi dirigente destacado do Sporting Clube de Portugal, tendo sido eleito seu Presidente da Direção, no ano de 1995. Rui Gomes da Silva, dirigente do Sport Lisboa e Benfica, foi Ministro da Justiça no governo de Santana Lopes. Luís Filipe Menezes, foi deputado pelo PSD, tendo sido eleito presidente do mesmo partido. Desempenhou o cargo de Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia nos sucessivos mandatos de 1998 a 2013.

Sintonizemo-nos, agora, nos perfis dos que referimos na introdução do nosso trabalho:

Fernando Seara – de nome completo Fernando Jorge de Reboredo Seara, nasceu em Cavernães, Viseu, em 1 de abril de 1956. Advogado de profissão, adepto e dirigente do Benfica (Presidente da Assembleia Geral desde 2022) foi militante destacado do Centro Democrático Social (CDS), chegando a ser secretário-geral, na liderança do partido pelo falecido professor Adriano Moreira. Comentador desportivo desde a década de noventa do século XX, participou nos programas *Jogo Falado* da RTP e do *Prolongamento* da TVI 24. Foi eleito para presidente da Câmara de Sintra, nas eleições autárquicas de 2001, tendo sido reeleito para os dois mandatos seguintes. Em 2013 foi candidato a presidente

da Câmara de Lisboa, pela coligação PSD/CDS/PP/MPT, tendo perdido as eleições para António Costa, candidato pelo Partido Socialista. Chegou a ser deputado na Assembleia da República, eleito nas listas do PSD, nas eleições legislativas de 1995. Em 2014, foi candidato a presidente da Liga Profissional de Futebol.

André Ventura – de nome completo André Claro Amaral Ventura, nasceu em Algueirão, Sintra, em 1 de janeiro de 1983. É jurista, professor universitário, e exerceu funções de Inspetor Tributário na Direção Geral de Impostos. Foi candidato à Câmara Municipal de Sintra, nas eleições autárquicas de 2017, tendo sido eleito vereador. Em 2021, foi candidato nas eleições para a Presidência da República, tendo ficado em terceiro lugar, depois do Presidente reeleito, Marcelo Rebelo de Sousa e de Ana Gomes. Foi durante vários anos comentador desportivo da CMTV, misturando, amiúde, o comentário desportivo com mensagens de cariz político. Em 9 de abril de 2019, fundou o partido político CHEGA para se candidatar às eleições europeias de 2019, não conseguindo ser eleito. Foi eleito deputado à Assembleia da República nas eleições legislativas de 6 de outubro de 2019. É, atualmente, presidente do partido político CHEGA.

Valentim Loureiro – de seu nome completo Valentim dos Santos Loureiro, nasceu em Calde, Viseu, em 24 de dezembro de 1938. Foi militar com a patente de Major e empresário. Foi Cônsul da Guiné-Bissau em Portugal. Foi um dos grandes obreiros da implementação do partido político PSD no norte do país. Foi presidente do Boavista Futebol Clube entre 1978 e 1997. Em 1989, foi eleito como primeiro presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional e, por inerência, vice-presidente da Federação Portuguesa de Futebol. Foi candidato a presidente da Câmara de Gondomar, pelo PSD, nas eleições autárquicas de 1993, tendo ganho as eleições e sendo reeleito nas eleições autárquicas de 1997 e 2001. Após vários processos judiciais que lhe foram movidos pelo Ministério Público, acabaria por ser condenado a três anos e dois meses de prisão, com pena suspensa, pelos crimes de prevaricação e abuso de poder. Pretendendo recandidatar-se à Câmara de Gondomar nas eleições de autárquicas de 2001, face às condenações de que foi alvo, o PSD retirou-lhe o apoio. Concorreu liderando uma lista de independentes denominada “*Gondomar no Coração*”, tendo ganho as eleições e sido eleito presidente da Câmara, cargo que voltou a vencer nas eleições autárquicas de 2005.

A opção por apresentar estes três perfis resulta do impacto mediático da presença dos mesmos, bem como os cargos políticos que desempenharam ao longo dos anos.

4. Futebolização da Política

“de todos os acontecimentos da história humana, aquele que atraiu maior audiência não foi um grande momento político nem a celebração especial nem a celebração de um feito extraordinário das artes ou das ciências, mas um simples jogo de bola – um jogo de futebol. Num dia de junho de 1978, mais de mil milhões de pessoas viram a final da Taça do Mundo entre a Argentina e a Holanda. Quer isto dizer que qualquer coisa como um quarto da população mundial, interrompeu o que estava a fazer e centrou a sua atenção num pequeno retângulo de relva na América do Sul, onde 22 figuras, envergando roupas vistosas, passaram noventa minutos a pontapear uma bola, num delírio de esforço e concentração” (Desmond Morris, 1981, p: 7)

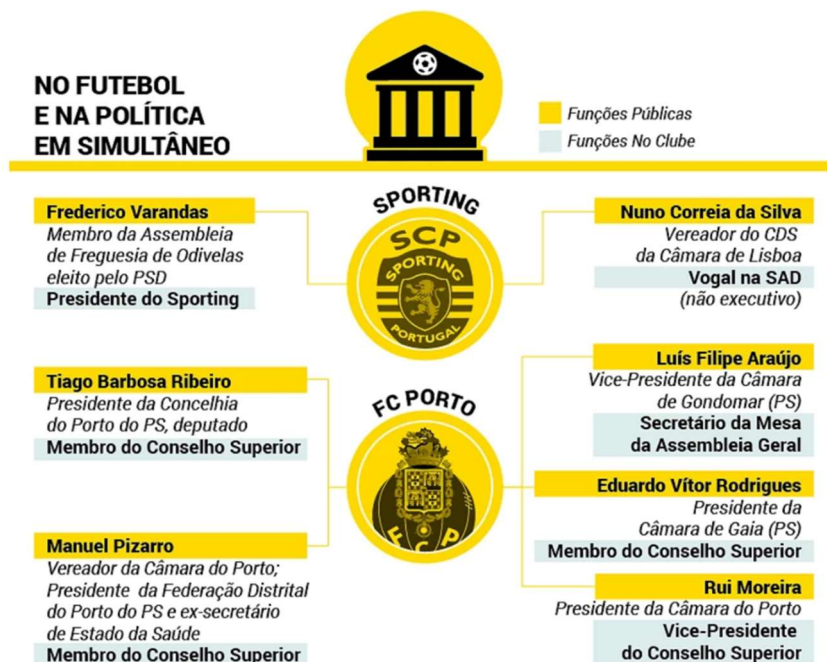
É mais do que evidente a apropriação dos políticos pelo futebol, correspondendo a uma autêntica politização do mundo do futebol. O contrário, isto é, o mundo do futebol querer interferir no mundo da política e na definição de políticas públicas que convirjam para o âmbito do futebol, também se nos mostra uma verdade indesmentível.

Figura 1 – Análise de responsáveis com funções públicas que integram órgãos executivos ou consultivos nos principais clubes de futebol.

The image is a screenshot of a news article from Polígrafo. The header includes navigation links like 'Fact Checks', 'Ambiente', 'Guerra na Ucrânia', and 'Artigos'. The article title is 'Políticos e outros titulares de cargos públicos desempenham ao mesmo tempo funções em clubes de futebol da 1ª Liga?'. Below the title, there is a 'VERDADEIRO' badge and a sub-heading 'O QUE ESTÁ EM CAUSA?'. The main text states that Polígrafo analyzed the social organs of clubs in the 1st League and identified several cases of politicians in the active list who also hold positions in major Portuguese football clubs. A photograph shows three men in suits sitting at a conference table. On the right side of the screenshot, there are two 'Ads by Google' sections with 'Send feedback' and 'Why this ad?' buttons.

Fonte: <https://poligrafo.sapo.pt> (21/09/2020). Consultado a 20 de setembro de 2023.

Figura 2 – Lista de nomes dos vários clubes



Fonte: <https://poligrafo.sapo.pt> (21/09/2020). Consultado a 20 de setembro de 2023.

Figura 3 – Lista de nomes dos vários clubes (Cont.)



Fonte: <https://poligrafo.sapo.pt> (21/09/2020). Consultado a 20 de setembro de 2023.

Figura 4 - Lista de nomes dos vários clubes (Cont.)



Fonte: <https://poligrafo.sapo.pt> (21/09/2020). Consultado a 20 de setembro de 2023.

A futebolização da política não escolhe governos nem regimes. Todos eles, de uma forma ou de outra, usam todos os meios disponíveis para instrumentalizar o mundo do desporto. Todos os países que fazem parte da FIFA (Federation International Football Association), atualmente 211, têm seleções nacionais⁸. Sendo as seleções nacionais um símbolo da Nação, em todos os acontecimentos desportivos onde tenha presença a seleção de um país, regista-se a presença dos mais altos dirigentes políticos do país, o que não sucede com outros eventos ou modalidades.

As escolhas dos países que acabam por sediar os grandes eventos desportivos, sejam os campeonatos europeus de futebol, sejam os campeonatos mundiais de futebol, são precedidas de candidaturas das Federações Desportivas de Futebol de cada país, mas, na verdade, os governos estão sempre na linha de frente a apoiar esse desiderato, e quase sempre, são objeto de “*assunto importante*” nas reuniões de conselhos de ministros e tema de conversa entre ambos os governos e Presidentes de cada país, quando as candidaturas são conjuntas. Mesmo em tempo de guerra, como no presente momento, os jogos de futebol ultrapassam as fronteiras políticas e as desavenças que possam existir

⁸ Curiosidade - o número de membros da FIFA (211) é superior ao número de países com assento na ONU (193). Demonstrando-se assim, que há Estados que estão representados na FIFA não fazendo parte da ONU. Exemplo: Palestina. (<https://www.dadosmundiais.com>).

entre países. O futebol é um desporto democrático, no sentido de que não é um desporto elitista. Todas as classes sociais o podem praticar, bastando, apenas, ter condições físicas e alguma aptidão que pode ser melhorada com os treinos. Todos os regimes apoiam este desporto e não é a primeira vez, nem com certeza será a última que se defrontem seleções de futebol a nível mundial, em que os países que representam estão de costas voltadas ou não têm sequer, relações diplomáticas entre si, como já aconteceu, por exemplo entre as seleções de futebol da Coreia do Sul e Coreia do Norte, no dia 15 de outubro de 2019, nas eliminatórias asiáticas para o campeonato do mundo de futebol, que se realizou no Catar. O jogo realizou-se na Coreia do Norte, no estádio de futebol Kil Il-sung, sem a presença de quaisquer espetadores, visto que, tecnicamente, os dois países há vários anos que se encontram em guerra.

Como dissemos no capítulo anterior, o Estado Novo utilizou o futebol para fortalecer o conceito de nacionalismo, sendo que o lema “futebol, fado e Fátima” foi um dos grandes lemas de Oliveira Salazar e Marcello Caetano. Até Hitler (1983) percebeu isso ao proferir as seguintes palavras, em plena II Guerra Mundial: *“proporcione-se à Nação alemã seis milhões de homens perfeitamente treinados nos desportos, todos ardentes de amor fanático pela Pátria e educados no mais elevado espírito ofensivo, e um Estado nacionalista formará deles, se necessário, dentro de menos de dois anos, um verdadeiro exército”* (p: 342).

Se para Clausewitz (1976, pp. 87-88), a guerra é a continuação da política por outros meios, pode dizer-se que o futebol é a continuação da política e da guerra por outros meios. Nesse sentido, observou Muniz Sodré (1977, p:138): “na medida em que incorpora técnicas de exercício corporal de uma forma produtiva (aquisição de reflexos, harmonia corporal) o desporto produz necessariamente relações sociais, que permitem corporizá-lo como uma prática política”.

No Portugal de hoje, dois eventos assinalaram, com profusão, a *futebolização da política*, a saber: a candidatura e a realização do euro 2004 de futebol em Portugal e a candidatura ao mundial de futebol no ano de 2030, que será organizado em conjunto com Espanha e Marrocos.

Segundo Hall (1982), devido às suas próprias características e implicações, qualquer grande evento (explícita ou implicitamente) é um acontecimento de natureza política, graças à grande visibilidade e projeção que proporciona às diversas instituições e personalidades envolvidas no projeto. Por outro lado, verificamos que “ao longo da história, o poder político tem utilizado em seu proveito (como fator de promoção do ideal político e ideológico ou dos seus valores e princípios), nos eventos de grande dimensão beneficiando do “ambiente de festa” e consagração que lhes proporcionam, pois eles

funcionam como um monumento, suportando e reforçando as imagens do poder estabelecido, quer seja religioso ou secular” (Bonnemaison, 1990, citado por Hall, 1992). Começamos pelo euro 2004⁹. A 12 de outubro de 1999, Portugal foi o escolhido para receber a realização do euro 2004 de futebol. Tudo começou quando Portugal recebeu um não de Espanha. Na fase de candidaturas à organização do euro 2004 de futebol, duas candidaturas surgiram de início: a da Hungria-Áustria (candidatura conjunta) e a de Espanha. A Federação Portuguesa de Futebol (FPF), ao tempo presidida por Gilberto Madaíl, iniciou contactos com a Federação Espanhola de Futebol para apresentação de uma candidatura conjunta, no entanto verificou-se uma recusa da Federação Espanhola em avançar com uma candidatura conjunta. O que parecia uma dificuldade inultrapassável, revelou-se uma grande oportunidade para Portugal. É neste momento que o governo português, tendo como primeiro-ministro António Guterres, decidiu apoiar politicamente a candidatura “*a solo*” de Portugal. A partir desse momento, a Federação Portuguesa de Futebol começou a preparar o “*dossier*” para apresentação na UEFA (Union European Football Association). A Comissão Organizadora do euro 2004 ficou constituída pelo Ministro do Adjunto do primeiro-ministro e com o pelouro do desporto, José Sócrates, o presidente da FPF, Gilberto Madaíl, que, de imediato, lançaram a operação de construção de apoios de países e federações para o seu objetivo. Vejamos as palavras proferidas pelo presidente da FPF em dado momento:

“de início a nossa candidatura foi aceite com uma certa reserva, externamente, mas também internamente – houve muita gente que disse que isto era fogo de artifício que nós nunca conseguiríamos (...) Houve muitas coisas complicadas especialmente a desconfiança por parte de países que fazem parte da UEFA, principalmente dos nórdicos que não nutriam grande confiança pelos países do Sul da Europa, os latinos. Ainda por cima, a nossa dimensão não era apelativa para a realização de um campeonato da Europa”¹⁰. (<https://desporto.sapo.pt>).

Apesar de todas as desconfianças, a 12 de outubro de 1999, em Aachen, na Alemanha, o comité executivo da UEFA votou. Os resultados foram anunciados por Lenart Johansson, Presidente da UEFA: “*O Comité executivo decidiu aceitar a recomendação da Comissão de Organização e, por isso, decidiu aceitar a candidatura portuguesa para a realização do Campeonato Europeu de Futebol no ano de 2004*” (<https://www.fpf.pt>).

⁹ <https://desporto.sapo.pt> (A 12 de outubro de 1999, consultada em 2023-05-30).

¹⁰ <https://desporto.sapo.pt> (a 12 de outubro de 1999, consultada em 2023-05-30).

Estava ganha a aposta portuguesa. Vejamos o que se disse e escreveu naqueles momentos:

“Considerado o maior evento desportivo jamais realizado em Portugal, o décimo segundo campeonato europeu de futebol, vai ter lugar entre 12 de junho e 4 de julho de 2004. O empreendimento fruto do trabalho da Federação Portuguesa de Futebol, contou com o apoio formal e inequívoco do governo português e da grande maioria da população portuguesa. Os primeiros passos foram dados a 1 de junho de 1998, quando Portugal apresentou o logotipo de candidatura. Três meses mais tarde, foram apresentados os 10 estádios que fizeram parte da candidatura. Outra data muito importante para o processo foi o dia 24 de julho de 1999, quando mais de 30 000 pessoas se juntaram no Estádio Nacional para formar um logotipo humano, que promovia a realização do evento em Portugal mencionando “We Love Football”. (https://www.infopedia.pt)

O governo português comprometeu-se em 25% das despesas de construção ou remodelação dos 10 estádio constantes da candidatura, bem assim como com os respetivos lugares de estacionamento e ainda suportar todos os custos com acessibilidades. Os promotores das obras foram os clubes e as Câmaras Municipais que sediavam o evento.

Falemos, agora da candidatura conjunta para a realização do campeonato do mundo em 2030. O governo português e em particular o primeiro-ministro António Costa, não tem deixado por mãos alheias a defesa acérrima da candidatura de Portugal, Espanha e Marrocos à realização do mundial de futebol no ano de 2030. Nas recentes palavras proferidas no passado dia 15 de março de 2023, aos jornais e televisões, aquando da cimeira luso/espanhola, em Lanzarote, Espanha, destacamos as seguintes frases, que consultámos no site da Federação Portuguesa de Futebol (<https://www.fpf.pt>):

“A candidatura ibérica com Marrocos ao mundial 2030, é uma mensagem para o mundo, em particular para a África e para a Europa. Somos dois continentes vizinhos que querem trabalhar em conjunto. Não somos dois continentes que sejam distantes ou que se querem guerrear. Queremos celebrar em conjunto a prática desportiva e todos os valores a ela associados: A competição saudável, justa, regulada. Esta é a primeira vez que há uma candidatura conjunta entre as duas margens do Mediterrâneo, entre a África e Europa. Seguramente que vai ajudar a unir aquilo que nada nos deve separar”.

Houve necessidade de alterar os regulamentos da FIFA para se aceitar a candidatura, visto que os regulamentos não permitiam que duas confederações distintas organizassem um campeonato em conjunto. Também o Presidente do governo espanhol, Pedro Sanchez, manifestou o seu contentamento pela aceitação da candidatura conjunta de três países e de dois continentes, afirmando que *“era uma relação estreita entre a Europa e a África”* que *“partilham tantas coisas”*.

Por último, mas não de somenos importância, lembramos os casos que foram dados à luz pela comunicação social, da inclusão de vários políticos, entre os quais António Costa, Primeiro-Ministro do governo português na lista de honra do candidato às eleições do Sport Lisboa e Benfica, Luís Filipe Vieira, ou o caso de Rui Moreira, Presidente da Câmara do Porto, que faz parte do Conselho Consultivo do Futebol Clube do Porto.

5. Futebol e Política – o caso do distrito de Castelo Branco

O distrito de Castelo Branco é composto por 11 Municípios, a saber: Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

Responderam ao pedido, oito Câmaras Municipais, não obtendo qualquer resposta, apesar de várias insistências, das Câmaras de Penamacor, Proença-a-Nova e Vila de Rei. Foi, também, enviado email ao Senhor Presidente da Associação de Futebol de Castelo Branco, para informar quais os clubes de futebol e futsal que, oficialmente, se encontram inscritos na Associação e, como tal, reconhecidos por esta.

Nas eleições autárquicas para o mandato 2017/2021, realizadas no dia 1 de outubro de 2017, segundo consulta ao Instituto Nacional de Estatística (efetuada por email em 02/05/2023) o número total de eleitores no distrito de Castelo Branco foi de 175 848, tendo votado 106 443 eleitores. A percentagem de votantes foi de 60,53% (106 443:175 848). Verificou-se uma abstenção no valor de 39,47%, inferior à abstenção a nível nacional cujo valor final foi de 45,03%.

Nos termos do Decreto-Lei, 100/84, de 29 de março, nos seus artigos 44.º e 45.º, são definidos o número de vereadores, em função do número de eleitores, bem assim como o número mínimo e máximo de vereadores em regime de permanência.

Pelos elementos obtidos verificamos, tendo em conta os municípios que nos responderam, que o concelho de Belmonte com 6 377 eleitores pode ter um mínimo de 1 vereador em permanência e um máximo de 2; o concelho de Castelo Branco com 49 897 eleitores pode ter um mínimo de 2 vereadores em permanência e um máximo de 4; o concelho da Covilhã com um universo de 46 809 eleitores não pode ter menos de 2 vereadores e não exceder o número de 4; o concelho do Fundão com 27 116 eleitores pode designar um mínimo de 2 vereadores em permanência e um máximo de 4; o concelho de Idanha-a-Nova com 8 729 eleitores tem direito a um mínimo de 1 vereador em permanência e um máximo de 2; o concelho de Oleiros com um universo de eleitores de 5 057, pode nomear o mínimo de 1 vereador em permanência e não pode exceder o máximo de 2; o concelho a Sertã com o número de 13 897 eleitores, pode ter o mínimo de 1 vereador em permanência e um máximo de 2 vereadores; o concelho de Vila de Rei com 2 787 eleitores tem direito a um mínimo de 1 vereador em permanência e um máximo de 2 vereadores; e, por último, o concelho de Vila Velha de Ródão com 2 932 eleitores, pode nomear o mínimo de 1 vereador em permanência e um máximo de 2 vereadores.

Nos termos do número 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei 100/84, de 29 de março, o número de vereadores em permanência é fixado pela Assembleia Municipal, na sequência de proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Analisados os mapas enviados, constatamos que todos os municípios optaram por nomear o número máximo de vereadores permitidos por Lei. Assim, temos que os municípios de Castelo Branco, Covilhã e Fundão nomearam 4 vereadores em permanência e os restantes, ou seja, Belmonte, Idanha-a-Nova, Oleiros, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão, designaram cada um deles 2 vereadores em permanência.

Podemos verificar que a idade média dos presidentes de Câmara eleitos foi de 55,75 e a dos vereadores de 55,23, comparando com as percentagens dos 308 municípios a nível nacional, respetivamente de 51,08 e 47,82.

O tão propalado e real envelhecimento da população do interior do País está aqui demonstrado, sem qualquer ponta de dúvida. A vereadora mais nova foi Sofia Isabel Dias de Carvalho, com 29 anos, pelo concelho de Belmonte e o vereador eleito com mais idade, foi Nicolau Pinto Eduardo, com 75 anos, pelo concelho de Vila Velha de Ródão.

A profissão que mais se apresentou a sufrágio, foi a profissão de Professor, sendo que neste caso, acompanhou o sucedido a nível nacional¹¹.

Como curiosidade de notar que foram eleitos dois presidentes de Câmara com a profissão de médico, no caso presente no concelho de Belmonte e Oleiros, o que dá uma percentagem de 25%, face aos 8 concelhos que foram analisados.

Como particular curiosidade e que entendemos ser negativa, constatámos que só o município do Fundão cumpriu cabalmente as quotas de género, a que fizemos referência em capítulo próprio, com 4 vereadores do género masculino e 3 do género feminino.

Todos os outros concelhos analisados, não cumpriram o que determina a Lei da Paridade.

No que concerne aos clubes de futebol/futsal no distrito de Castelo Branco, verifica-se uma grande adesão, com a constituição de 37 clubes, o que permite a prática desportiva a milhares de jovens praticantes. Os mesmos encontram-se dispersos por todos os concelhos do distrito, sendo natural uma grande maioria nos concelhos com maior população. Assim, temos o concelho da Covilhã com 8 clubes, Castelo Branco com 7, Fundão com 6, Sertã com 3, Belmonte com 3, Idanha a -Nova, com 2, Oleiros com 2, Penamacor com 2, Proença-a-Nova com 2 e Vila de Rei com 1 e Vila de Rei também com 1.

¹¹ Estes dados foram fornecidos pelo Ministério da Administração Interna através da Secretaria-Geral. Dados enviados por e-mail.

No que respeita a rádios que promovem o relato em direto de vários jogos, que se desenrolam todas as semanas, temos 7 rádios dispersas pelo distrito, a saber: Rádio condestável, com sede na freguesia de Cernache, concelho da Sertã; Rádio Cova da Beira, com sede no Fundão; Rádio clube da Covilhã, com sede na Covilhã; Rádio Caria, com sede na freguesia de Caria, concelho de Belmonte; Rádio Monsanto, com sede na freguesia de Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova; Rádio Beira Interior e Rádio Urbana, com sede em Castelo Branco.

Saliente-se que as Rádios Cova da Beira, Rádio Condestável e Rádio Clube da Covilhã, promovem comentário desportivo, com vários agentes ligados ao desporto, designadamente treinadores, jogadores e diretores desportivos.

Exemplificamos nos mapas que se indicam a seguir, os elementos solicitados nos nossos emails, tendo em vista a resposta à nossa pergunta de partida.

Quadro 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE (Órgãos)

CARGO	NOME	PROFISSÃO	IDADE	PARTIDO	MANDATO
Presidente	António Pinto Dias Rocha	Médico	65	PS	Exerceu funções executivas, cumpriu mandato
Vereador	Amândio Manuel Ferreira Melo	Bancário	65	PSD/MPT	Exerceu funções executivas, cumpriu mandato
Vereadora	Sofia Isabel Dias de Carvalho	Advogada	29	PS	Cumpriu mandato
Vice- Presidente	António Manuel Gonçalves Rodrigues	Desenhador/Projetista	56	PS	Cumpriu mandato
Vereador	Luís António Pinto de Almeida	Funcionário Público	59	PSD/MPT	Cumpriu mandato

Quadro 2 – CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO (Órgãos)

CARGO	NOME	PROFISSÃO	IDADE	PARTIDO	MANDATO
Presidente	Luís Manuel dos Santos Correia	Gestor de Empresas	53	PS	Não cumpriu mandato, foi substituído pelo

					Vice-Presidente a 27/06/2021
Vice-Presidente	José Augusto Rodrigues Alves	Professor	59	PS	Funções executivas, cumpriu mandato
Vereador	Carlos Barata de Almeida	Professor	50	PSD	Sem funções executivas, cumpriu mandato
Vereadora	Maria José Barata Batista	Professora	61	PS	Com funções executivas, não cumpriu mandato tendo sido substituída pelo vereador Carlos Manuel Lista Semedo
Vereador	Jorge Manuel Carrega Pio	Técnico Superior do IEFP	44	PS	Exerceu funções executivas, tendo passado a vice-presidente, em 27/06/2021
Vereadora	Cláudia Alexandra Domingues Soares	Engenheira	41	PS	Com funções executivas, cumpriu mandato
Vereador	Hugo José Reis Lopes	Gestor	37	PSD	Sem funções executivas, cumpriu mandato

Quadro 3 – CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ (Órgãos)

CARGO	NOME	PROFISSÃO	IDADE	PARTIDO	MANDATO
Presidente	Vítor Pereira	Advogado	55	PS	Cumpriu mandato
Vice-Presidente	José Serra dos Reis	Professor	71	PS	Cumpriu mandato

Vereador Independente	Carlos Alberto Pinto	Tecnologia Industrial	71	“De Novo, Covilhã”	Cumpriu mandato
Vereadora	Regina Gouveia	Professora	56	PS	Exerceu funções executivas, cumpriu mandato
Vereador	Adolfo Mesquita Nunes	Advogado	40	CDS	Cumpriu mandato
Vereador	José Miguel Oliveira	Gestor	41	PS	Exerceu funções executivas, cumpriu Mandato
Vereador	Jorge Gomes	Empresário	58	PS	Exerceu funções executivas, cumpriu mandato

Quadro 4 – CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO (Órgãos)

CARGO	NOME	PROFISSÃO	IDADE	PARTIDO	MANDATO
Presidente	Paulo Alexandre B. Fernandes	Gestor	45	PSD	Exerceu funções executivas, cumpriu mandato
Vice-Presidente	Luís Miguel R. T. Duarte Gavinhos	Técnico Superior	40	PSD	Exerceu funções executivas, cumpriu mandato
Vereadora	Joana Morgadinho Bento	Advogada	34	PS	Sem funções executivas, cumpriu mandato
Vereador	Maria Alcina Domingues Cerdeira	Professora	54	PSD	Exerceu funções executivas, cumpriu mandato
Vereador	António Joaquim Maroco Quelhas	Engenheiro	46	PS	Sem funções executivas (renunciou ao cargo, em 14/09/2018., tendo tomado posse em sua substituição o

					vereador Sérgio Mendes
Vereador	Sérgio Miguel Cardoso Mendes		35	PS	Sem funções executivas, cumpriu mandato
Vereador	Paulo Pires Águas	Professor	53	PSD	Com funções executivas (por ter falecido, foi substituído pelo vereador Pedro Neto
Vereador	Pedro Manuel Figueiredo Neto	Advogado	35	PSD	Com funções executivas, cumpriu mandato

Quadro 5 – CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA (Órgãos)

CARGO	NOME	PROFISSÃO	IDADE	PARTIDO	MANDATO
Presidente	Armando Moreira P. Jacinto	Engenheiro	53	PS	Exerceu funções executivas, cumpriu o mandato
Vice-Presidente	Idalina Costa	Professora	62	PS	Exerceu funções executivas, cumpriu mandato
Vereador	João Carlos Sousa	Delegado de Informação Médica	55	PS	Exerceu funções executivas, cumpriu mandato
Vereadora	Elza Gonçalves	Técnica Superior	40	PS	Exerceu funções executiva, cumpriu mandato
Vereador	António Moreira	Consultor Imobiliário	55	PSD	Sem funções executivas. cumpriu mandato

Quadro 6 – CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS (Órgãos)

CARGO	NOME	PROFISSÃO	IDADE	PARTIDO	MANDATO
					O

Presidente	Fernando Marques Jorge	Médico	64	PSD	Cumpriu mandato
Vice-Presidente	Vítor Manuel da Conceição Antunes	Funcionário Público	57	PSD	Cumpriu mandato
Vereador	Paulo Jorge Brás Urbano	Empresário	47	PSD	Cumpriu mandato
Vereador	António Jorge Mendes Dias	Advogado	47	PS	Cumpriu mandato
Vereador	José Alípio das Neves	Bancário	54	PS	Cumpriu mandato. *

- Nota: Presidente da Assembleia Geral da Associação Recreativa e Cultural de Oleiros

Quadro 7 – CÂMARA MUNICIPAL DA SERTÃ (Órgãos)

CARGO	NOME	PROFISSÃO	IDADE	PARTIDO	MANDATO
Presidente	José Farinha Nunes	Aposentado	67	PSD	Cumpriu mandato
Vice-Presidente	Rogério António Farinha Fernandes	Funcionário Público	65	PSD	Cumpriu mandato
Vereadora	Cláudia Sofia Farinha André	Professora	46	PSD	Cumpriu mandato
Vereador	Jorge Manuel Marques Coluna	Funcionário Público	48	PSD	Cumpriu mandato
Vereador	Mário Barata Simões	Aposentado	66	PSD	Cumpriu mandato
Vereador	Carlos Alberto Miranda	Professor	52	PS	Cumpriu mandato
Vereador	José Luís M. M. Jacinto	Professor		PS	Foi substituído por ter renunciado ao mandato por Cristina Alexandra dos Reis Nunes.
Vereadora	Cristina Alexandra dos Reis	Funcionária Pública	41	PS	Substituiu o vereador José Luís M. M. Jacinto.

					Cumpriu mandato
--	--	--	--	--	-----------------

Quadro 8 – CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA DE RODÃO

CARGO	NOME	PROFISSÃO	IDADE	PARTIDO	MANDATO
Presidente	Luís Miguel Ferro Pereira	Funcionário Público	44	PS	Cumpriu mandato
Vice-Presidente	José Manuel Ribeiro Alves	Diretor de Frota	58	PS	Cumpriu mandato
Vereadora	Ana Luísa F. P. Correia Marques	Assistente de Direção e Marketing	36	PS	Cumpriu mandato
Vereador	Carlos Manuel C. C. Martins Faria	Funcionário Público	55	PS	Cumpriu mandato
Vereador	Nicolau Pinto Eduardo	Aposentado	75	PS	Cumpriu mandato

Quadro 9 – CLUBES E ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

CLUBES/ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS	PRESIDENTE/SEDE
Sporting Clube da COVILHÃ	José Mendes – COVILHÃ
Sport BENFICA E CASTELO BRANCO	Jorge Neves – CASTELO BRANCO
Associação Desportiva PENAMACORENSE	António Marcos – PENAMACOR
Associação Desportiva do FUNDÃO	Rui Quelhas – FUNDÃO
Associação Cultural e Desportiva do LADOEIRO	José Salvado – IDANHA-A-NOVA
Associação Desportiva e Recreativa do RETAXO	João Belo – CASTELO BRANCO
Casa do Benfica em OLEIROS	António Mendes – OLEIROS
Centro Cultural Recreativo e Desportivo de CARVALHAL FORMOSO	Luís Adolfo – COVILHÃ
Associação Cultural de ALCARIA	Carina Santos – FUNDÃO
Grupo Desportivo Animação Cultural da BOUÇA	Carolina Pontífice – COVILHÃ
Núcleo Juventude PROENÇA-A-NOVA	André Cardoso – PROENÇA-A-NOVA
Grupo Desportivo de VALVERDE	Catarina Rondão – FUNDÃO
Núcleo Sportinguista de CASTELO BRANCO	José Ribeiro – CASTELO BRANCO

Grupo Desportivo da Mata/Associação Académica da Universidade da Beira Interior (GD MATA/AAUBI)	Elias Riscado – COVILHÃ
União Desportiva CARIENSE	Francisco Pinto – BELMONTE
Associação Recreativa do Bairro da BOA ESPERANÇA	Rui Esteves – CASTELO BRANCO
CARVALHENSE Futebol Clube	Nuno Salcedas – BELMONTE
Núcleo de Desporto da Filarmónica ERADA	Sónia Fernandes – COVILHÃ
Sport Lisboa e Águias do DOMINGUIO	Nuno Saraiva – COVILHÃ
Grupo Desportivo Vitória de SERNACHE	António Joaquim – SERTÃ
Associação Desportiva e Cultural de PEDROGÃO DE SÃO PEDRO	António Pinto – PENAMACOR
Grupo Desportivo ÁGUIAS DO MORADAL	Aníbal Antunes – OLEIROS
Clube Académico do FUNDÃO	João Luís Moreira – FUNDÃO
Clube União IDANHENSE	João Mascarenhas Duarte – IDANHA-A-NOVA
Associação Desportiva e Cultural de PROENÇA-A-NOVA	Carlos Proença – PROENÇA-A-NOVA
Associação Cultural Recreativa e Desportiva do CABEÇUDO	Marco Farinha – SERTÃ
Centro Desportivo Recreativo e Cultural de VILA VELHA DE RODÃO	António Carmona Mendes – VILA VELHA DE RODÃO
Associação Cultural e Recreativa da ATALAIA DO CAMPO	Bruno Correia – FUNDÃO
Centro Cultural e Desportivo ESTRELA DO ZÉZERE – BOIDOBRA	António Freitas – BOIDOBRA - COVILHÃ
Grupo Desportivo e Cultural de SILVARES	Paulo Morgadinho – FUNDÃO
Associação Recreativa e Cultural do BAIRRO DO VALONGO	António Roseiro – CASTELO BRANCO
SERTANENSE Futebol Clube	Paulo Farinha – SERTÃ
Clube Desportivo de ALCAINS	Élio Esteves – ALCAINS – CASTELO BRANCO
VILARREGENSE Futebol Clube	Sérgio Francisco – VILA DE REI
União Desportiva de BELMONTE	Fernando Fontes – BELMONTE
Associação Desportiva da ESTAÇÃO	Paulo Ramos – COVILHÃ
Desportivo de CASTELO BRANCO	Luís Caiola – CASTELO BRANCO

Quadro 10 – MEIOS DE COMUNICAÇÃO LOCAIS (COMENTÁRIOS DESPORTIVOS)

MEIOS DE COMUNICAÇÃO LOCAIS	CONCELHOS
Rádio CONDESTÁVEL	SERNACHE – SERTÃ
Rádio COVA DA BEIRA	FUNDÃO
Rádio CLUBE DA COVILHÃ	COVILHÃ
Rádio CARIA	BELMONTE
Rádio MONSANTO	IDANHA-A-NOVA
Rádio BEIRA INTERIOR	CASTELO BRANCO
Rádio URBANA	CASTELO BRANCO

TRIBUNA DESPORTIVA	COVILHÃ
--------------------	---------

Quadro 11 – NÚMERO DE CLUBES DE FUTEBOL/FUTSAL NO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

CONCELHOS	NÚMERO DE CLUBES
COVILHÃ	3
CASTELO BRANCO	7
SERTÃ	3
FUNDÃO	6
IDANHA-A-NOVA	2
PENAMACOR	2
BELMONTE	3
VILA VELHA DE RODÃO	1
PROENÇA-A-NOVA	2
VILA DE REI	1

Quadro 12 – PROFISSÕES DE ÓRGÃOS POLÍTICOS ELEITOS

CARGO	PROFISSÃO	TOTAL
Vereador	Professores	351
Vereador	Especialistas em assuntos jurídicos, artísticos e culturais	211
Vereador	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	208
Vereador	Profissão não definida	191
Vereador	Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações-públicas e comerciais	119
Vereador	Diretores e gestores de empresas	106
Vereador	Profissionais de Saúde	97
Vereador	Aposentados	70
Vereador	Profissões técnicas de nível intermédio	70
Vereador	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos e dirigentes superiores da administração Pública	66
Vereador	Proprietários de pequenas empresas	64
Vereador	Caixas bancários e similares, empregados de agências de viagens, rececionistas e similares	61
Presidente	Professores	52
Presidente	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais artísticos e culturais	42
Presidente	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	34
Presidente	Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa, relações-públicas e comerciais	34
Presidente	Profissão não definida	26
Vereador	Outro pessoal de apoio administrativo	25

Presidente	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos e dirigentes superiores da Administração Pública	22
Vereador	Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados	22
Presidente	Diretores e gestores de empresas	18
Vereador	Comerciantes e empregados de comércio	17
Vereador	Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TIC)	16
Presidente	Caixas bancários e similares, empregados de agências de viagens, rececionistas e similares	15
Presidente	Profissionais de saúde	15
Presidente	Aposentados	13
Presidente	Profissões técnicas de nível intermédio	12
Vereador	Trabalhadores qualificados de construção e similares	7
Vereador	Operadores de dados, de contabilidade, estatística, de serviços financeiros e relacionados com o registo de dados	6
Presidente	Especialistas em tecnologias de informação e comunicação (TIC)	5
Presidente	Proprietários de pequenas empresas	5
Vereador	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado	5
Vereador	Pessoal dos serviços de proteção e segurança	5
Vereador	Vendedores	5
Presidente	Outro pessoal de apoio administrativo	4
Vereador	Estudantes	4
Vereador	Trabalhadores qualificados da floresta, pesca e caça, orientados para o mercado	4
Presidente	Empregados de escritório, secretários em geral e operadores de processamento de dados	3
Vereador	Trabalhadores de serviços pessoais	3
Vereador	Trabalhadores qualificados da impressão, do fabrico de instrumentos de precisão, joalheiros, artesãos	3
Vereador	Trabalhadores qualificados da metalurgia, metalomecânica e similares	3
Presidente	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e produção animal, orientados para o mercado	2
Presidente	Comerciantes e empregados do comércio	2
Vereador	Agricultores, criadores de animais, pescadores, caçadores e coletores, de subsistência	2
Vereador	Operadores de instalações fixas e máquinas	2
Vereador	Pessoal de apoio direto a clientes	2
Vereador	Trabalhadores qualificados em eletricidade e eletrónica	2
Presidente	Desempregados	1

Presidente	Trabalhadores da transformação de alimentos, da madeira, do vestuário e outras indústrias e artesanato	1
Vereador	Condutores de veículos e operadores de equipamentos móveis	1
Vereador	Desempregados	1
Vereador	Domésticas	1
Vereador	Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	1
Vereador	Estudantes	1
Presidente	Profissionais de saúde	1
Presidente	Profissões técnicas de nível intermédio	1
Vereador	Trabalhadores de serviços pessoais	1
Vereador	Trabalhadores qualificados da construção e similares	
Vereador	Trabalhadores qualificados da floresta, pesca e caça, orientados para o mercado	1

Quadro 13 – PROFISSÕES DE ÓRGÃOS POLÍTICOS ELEITOS SUBSTITUTOS

CARGO	PROFISSÃO	TOTAL
Vereador	Professores	15
Vereador	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	13
Vereador	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharias e técnicas afins	12
Vereador	Diretores e gestores de empresas	10
Vereador	Profissão não definida	9
Vereador	Profissões técnicas de nível intermédio	7
Vereador	Profissionais de saúde	5
Vereador	Especialista em finanças, contabilidade, organização administrativa	4
Presidente	Professores	4
Vereador	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos	4
Vereador	Caixas bancários e similares, empregados de agências de viagens, rececionistas	3
Vereador	Outro pessoal de apoio administrativo	3
Presidente	Profissão não definida	3
Presidente	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos	3
Vereador	Comerciantes e empregados de comércio	2
Presidente	Especialistas das ciências físicas, matemáticas, engenharia e técnicas afins	2
Presidente	Especialistas em finanças, contabilidade, organização administrativa	2
Vereador	Especialista em tecnologias de informação e comunicação (TIC)	2
Presidente	Aposentados	1
Presidente	Diretores e gestores de empresas	1

Presidente	Especialistas em assuntos jurídicos, sociais, artísticos e culturais	1
Vereador	Estudantes	1
Presidente	Profissionais de saúde	1
Presidente	Profissões técnicas de nível intermédio	1
Vereador	Trabalhadores de serviços sociais	1
Vereador	Trabalhadores qualificados da construção e similares	1
Vereador	Trabalhadores qualificados da floresta, pesca e caça, orientados para o mercado	1

Quadro 14 – RESULTADOS DO RÁCIO CARGO/IDADE DOS ÓRGÃOS POLÍTICOS ELEITOS

CARGO	TOTAL CARGO	MÉDIA DE IDADES
Presidente	306	51,08
Vereador	1751	47,82

Quadro 15 – MAPA ELEITORAL

CÂMARAS	ELEITORES	VOTANTES	PERCENTAGEM DE VOTANTES
Belmonte	6377	3969	62,24%
Castelo Branco	49 897	26 695	53,50%
Covilhã	46 809	28 955	61,86%
Fundão	27 116	161 20	59,45%
Idanha-a-Nova	8729	5117	58,62%
Oleiros	5057	3653	72,24%
Penamacor	4842	3585	74,04%
Proença-a-Nova	7405	4997	67,48%
Sertã	13 897	9124	65,65%
Vila de Rei	2787	2062	73,99%
Vila Velha de Rodão	2932	2156	67,15%

Com base na análise dos presentes quadros e dados relativos à eleição nas autárquicas de 2017, verifica-se que apenas um dos eleitos (José Alípio das Neves), no município de Oleiros desempenhava, à altura da eleição, o cargo de Presidente da Assembleia Geral da Associação Recreativa e Cultural de Oleiros. Através da presente análise obtém-se, apenas, um “retrato” da ligação entre futebol e política no período selecionado, no entanto, importa referir que no âmbito de uma análise ou estudo mais amplo (pista de investigação futura), seria interessante

verificar o histórico destes eleitos (se desempenharam funções em clubes desportivos antes da eleição) ou casos em que essa relação se encontra já verificada, mas noutros mandatos.

Conclusões

Em consonância com a rádio e televisão, o futebol/futsal constitui a nível nacional e internacional, a principal atividade organizada de tempos livres.

Como pudemos verificar, existem mais Federações desportivas nacionais, que representam os respetivos países, com o apoio expresso dos respetivos governos, representadas na Federação Internacional de Futebol (FIFA) do que países que se fazem representar na Organização das Nações Unidas (ONU), o que, só por si, diz bem da sua dimensão e da sua imensa importância no contexto sócio/político.

A natureza interclassista em que se desenvolve, nos seus diversos escalões desportivos, no setor masculino e feminino, tem por objetivo final, em cada um dos seus praticantes, o fazer parte da seleção nacional e, assim, poder representar o seu país e levantar bem alto a bandeira nacional, nos jogos internacionais.

Atente-se ao facto de que a nossa seleção nacional de futebol/futsal é, também, um veículo de aproximação com a forte emigração portuguesa, que aproveita os jogos para, “matar saudades da pátria”. Tem-se constatado que nos jogos internacionais com a França, Suíça, Bélgica e Luxemburgo, a afluência de portugueses que vão assistir aos espetáculos desportivos são, por vezes, superiores aos assistentes locais. De referir que nos jogos internacionais em que Portugal participa, há sempre representação do governo português, seja através de ministros ou do primeiro-ministro e, não raras vezes, também com a presença do mais alto dignatário da República, ou seja o Presidente da República.

Ao longo do nosso trabalho, tentámos demonstrar a simbiose que existe entre a política e o futebol/futsal ou entre os políticos e o mundo que rodeia as atividades ligadas ao futebol/futsal.

Sendo um desporto de grandes massas, que desperta paixões, fidelizações e movimenta milhares de milhões de euros, origina muitos “negócios” de poder, constituindo o espaço primordial para a concretização dos seus objetivos. Os “campos” político e desportivo, a nosso ver, não se conseguem dissociar, até porque, está em causa o interesse nacional.

Veja-se, nas figuras presentes no capítulo quarto da presente dissertação, as ligações estreitas entre os políticos e o futebol no âmbito nacional.

A noção de “campo” define-se, assim, em termos relacionais e de conflito, dada a importância que é conferida às estratégias dos diversos agentes sociais nas lutas pelos

domínios dos “campos” e, nomeadamente, à luta pela imposição de uma determinada representação no mundo social¹².

Trata-se de uma visão sistémica orientada mais por princípios formais e abstrata do que empírico-concreta. Donde resulta que o seu sentido e orientação só se realizem em pleno no confronto com o terreno. Portanto, a delimitação da fronteira de cada “campo” desportivo e político e as interseções no espaço social português não devem, nesta perspectiva, ser tomada como definitiva¹³.

No que concerne ao nosso objeto de estudo e à questão que colocámos, ou seja, a de saber se no contexto do distrito de Castelo Branco, houve ou não influência do futebol/futsal na eleição para o órgão autárquico executivo das oito Câmaras Municipais que foram analisadas, não se confirmou essa situação.

Na verdade, à data da eleição para o mandato autárquico de 2017/2021, ocorrida em 1 de outubro de 2017, só o vereador eleito para a Câmara Municipal de Oleiros, sem funções executivas, era simultaneamente Presidente da Assembleia Geral da Associação Recreativa e Cultural de Oleiros (ARCO).

Não se conseguiu apurar, apesar de vários contactos efetuados, se a eleição do vereador em apreço, foi influenciada pelo facto de exercer funções em órgão de futebol/futsal.

De todos os outros vereadores eleitos para as Câmaras Municipais dos concelhos verificados, foi-nos dada informação de que, á data da eleição, não exerciam quaisquer cargos em órgãos de clubes de futebol/futsal.

De realçar, dado que nos parece importante, que a abstenção no distrito de Castelo Branco, nas eleições a que nos vimos referindo, foi inferior à média nacional e que a média de idades dos vereadores eleitos é superior à média nacional, confirmando as informações do Instituto Nacional de Estatística e de diversos órgãos de comunicação social do envelhecimento, mais que evidente, do interior do país.

¹² José Manuel Sobral, “Pierre Bourdieu e o Estudo da Identidade Nacional”, em Pierre Bourdieu, A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal, orgs. José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (Porto – Afrontamento, 2007), p.233

¹³ Uma análise das relações entre o campo mediático e campo desportivo demonstrou que estas podem ser compreendidas através do binómio estruturação-exploração. O desenvolvimento do futebol e do desporto português são inseparáveis do campo mediático e a forma como diferentes meios de comunicação influenciaram de diferentes formas a lógica do jogo. A forma como estas relações se desenvolveram dependeu não apenas do poder relativo de cada um desses campos, mas também das instituições dominantes em cada um deles, começa por haver um regime de estruturação do campo futebolístico pela imprensa numa primeira fase, com um grau de exploração residual, seguindo-se uma lógica de exploração, mais racional e predatória que se torna dominante com a liberalização do mercado mediático, e em particular da transmissão de jogos de futebol. Rahul Kumar “Da bancada aos sofás da Europa: apontamentos sobre os media e o futebol no século XX português” em “A Época do Futebol, o Jogo visto pelas Ciências Sociais, eds. Nuno Domingos e José Neves (Lisboa: Assírio e Alvim, 2004)

Referências Bibliográficas

Lei Orgânica Nº 3/2006, de 21 de agosto.

Decreto de Lei Nº 100/84 de 29 de março.

ANDERSEN, Teresa. Coord (2007). “O Estádio Nacional Paradigma de Arquitetura do Desporto e do Lazer”. Actas das Jornadas Europeias do Património. Oeiras. Câmara Municipal de Oeiras.

BARDIN, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Editora Edições.

BRAGA, J. L., (2005) “Para Começar um Projeto de Pesquisa”. Comunicação & Educação. Ano X. Número 3. setembro/dezembro.

BERGER, Christa (1996). “Em Torno do Discurso Jornalístico”. In: Fausto Neto, António e Pinto, Milton José. O Indivíduo e as Mídias. Rio de Janeiro: Diadorim.

BOURDIEU, Pierre, (1989) “O Poder Simbólico”. Rio de janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, Pierre (1966). “Razões Políticas Entre a Teoria da Ação”. São Paulo. p: 57-61.

BOYLE, Raymond., Haynes, Richard. (2017). “The Global Event? Football and The FIFA World Cup. In: Wenner, L. A. And Billigs, A. C. (eds). Sport, Media and Mega-Event. Routledge. London. New york. ISBN 9781138930384.

BOURDIEU, Pierre (2001) “A Economia das Trocas Simbólicas”. Rio de janeiro. Bertrand Brasil.

BRANDÃO, N.G., (2010) “As Notícias nos Telejornais”. Lisboa. Guerra e Paz.

CÂMARA, R.H. (2013) “Análise de Conteúdo”: Da Teoria à Prática em Pesquisas Sociais Aplicada à Organização. Gerais: revista Interinstitucional de Psicologia, (6), 2. Empresa Brasileira de pesquisa, Brasília, Brasil. julho/dezembro. Pp:179-191.

BILLINGS, Andrew, C., Fei Quiao, Lindsey Colin e Tie Ni (2015). “Permanently Desiring the Temporary? Snapchat, Social Media and the Shifting Motivations of Sport Fans”. Communication and Sport, 5 (1), pp: 10-26.

- CLAUSEWITZ, Carl Von. (1976). "On War". Princeton: University Press.
- CLAUSSEN, Detlev. (2006). Bela Gutman: Welfgeschieh des futails in einer person. Berlin. Berenberg, Pp: 133 (Tradução de Alexandre Vaz)
- DAHL, Robert. (1961) "Who Governs? Democracy and Power in American City". New Haven: Yale/University Press.
- DAHL, Robert. (1996) "A Moderna Análise política". Rio: Lidado.
- DAVIDOVICH, Fany, (1993) "Poder Local e Município". Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, n.27, p: 5-14.
- DIGITAL New Report: 2017.
- DRUMOND, M. (2020). "Entre políticos e Paredros: As Relações Políticas do Futebol Brasileiro ma Primeira Metade do século XX. In: S. S. Giglio &M.Ws Proni (orgs). O futebol nas Ciências Humanas no Brasil. Campinas SP. Editora Unicamp, p: 44-61.
- ESPÍRITO SANTO, P., CORREIA, J. C., FERREIRA, G.B. (2010) "Conceitos de Comunicação Política". Labcom Books: , pp: 4-5-6. UBI.
- FELIZES, Joel, (1999) "Três Abordagens do Poder Local Enquanto Formas Diferenciadas de Construção das Identidades – Uma Breve exploração". Cadernos de Estudos Municipais. Universidade do Minho, pp: 121-137.
- FISCHER, Tânia. (1992) "Poder Local: um tema em análise". Revista de Admonistração Pública. Rio de Janeiro, v.4. pp: 105-113.
- FIGUEIRAS, R. (2010) "Pluralismo ou Paralelismo". O Comentário Político nos Noticiários do Primetime na Televisão Portuguesa. Universidade Católica Portuguesa.
- FIGUEIRAS, R. (2017). "A Mediatização da Política na Era das redes Sociais". Lisboa. Alethêia. Available in: <https://digitalisusp.ue.pt/bilistibani/10316.2/43612/1/figueiras%26%20B.%20%282017%2.OA%.2.Omediatizacao%2.Oda%2.Opolitica%2.Ona%2.Oera%2.Odas%2.Odas%2.Or edes%2.Osociais.pdf>
- FIGUEIRAS, R. (2019) "Efeito Marcelo". O Comentário Político na Televisão. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- FRANSEN, Kirsten (2014). "Mediatization of Sport", em K. Lundby (org). Mediatization of Communication. Berlim, Montou de Gruyter. Pp: 525-543).

- GODOY, A. S. (1995b) “Pesquisa Qualitativa”. Tipos Fundamentais. ERA – revista de Administração de Empresas. Vol. 35, n.º n.º 3. pp: 20-29.
- GONÇALVES, G., ELIAS, H. (2013) “Comunicação Estratégica, Um Jogo de Relações e Aplicações”. Ublorum.ubi.pt
- GRYSZPAN, M., (1996) “A Teoria das Elites e a Sua Genealogia Consagrada”. In: BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n.º 41, Relume/Dumará, ANPOCS.
- HALL, Colin Michael (1992). “Hallmark Tourist Events: Impacts , Managment and Planning: Belhaven Press, London.
- HAYNES, Richard., e Raymond Boyle (2017). “ The FIFA World Cup: Media, Football and the Revolution of a Global Event: In Lawrence A. Wenner e Andrew C. Billings (org). Sport, Media and Mega-Events. Nova Iorque, Routledge, pp: 85-99).
- HEPP, Andreas., KNOTZ, Carlo. (2014). “Cultures of Mediatization”. Cambridge. UK. Polity Press.
- HEPP, Andreas., Knotz, Friderich, (2014). “ Mediatized Worlds Culture and Society in a Media Age. Londres. Palgrave. Macmillan.
- HORNE, Jonh., (2006). “Sport in Consumer Culture. Palgrave. Macmillan.
- HORNE, Jonh, Tomlinson, Alan e Whannel, Garry (2001). “Understanding Sport. An Introduction to the Sociological and Culture Analysis of Sport. Londres. Routledge.
- HOBSBAWN, Eric. (2003). “Mass Producing Tradition Europe 1870-1914”. In: The Invention of Trdition, eds. Eric Hobsbawn et Terence Ranger. Cambridge. University Press: 263-308.
- JARDIM, Roberto (2022). “Um Outro Futebol, Pequenas Histórias da Bola”. Portal dos Jornalistas. Crônicas. Br. pp: 55.
- KERBAUY, Maria Teresa. (1992) “A Morte dos Coronéis: política interiorana e poder local. São Paulo: PUC.
- KROTZ, F. (2009). “Mediatization: a concept which to grasp media and societal change. In: LUNDBY, K (Ed.), Mediatization: concept, changes, consequences. Nova Iorque: Peter Lang, 2009: p:19-38.

LOURENÇO, Eduardo (1976). “A Nova República deve ser adulta”. Em: O Fascismo Nunca Existiu. Lisboa. Dom quixote.

MARQUES, Eduardo C. (2003) “Redes Sociais, Instituições e atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo”: Anablume.

MAZZARELA, William, (2004). “Culture, Globalization, Mediation”. Annual Review of Anthropology. 33:345-67.

McNAIR, B., (2000). “Journalism and democracy”: In Evaluation of the Political Public Sphere: Abingdon: Routledge. Available in: <https://blogs.unpad.ac.id/teddykw/files/2012/05/an-introduction-to-political-communication.pdf>.

MELTON, J. (2001) “The Rise of the public in Enlightenment Europe”. Cambridge: Cambridge University Press.

MILLS, Wright, C. (1973). “Sociological Imagination”. Penguin Books. Harmondsworth.

MILLS, Wright, C. (1966). “The Power Elite”. Oxford. University Press. New York.

The Marxists. (1962) Laurel Edition. New York.

MIRANDA, Jorge. “Igualdade e Participação Política da Mulher”, cit, pp: 43-44.

MOREIRA, Vital. “IV Revisão Constitucional...”, cit. Pp: 409.

MOREIRA, Vital. “A IV Revisão Constitucional...”, cit. Pp: 412

MOREIRA, Vital. “A IV Revisão Constitucional...”, cit. Pp: 414 e 415.

MORRIS, Desmond (1981). “A Tribo do Futebol”. London: Publicações Europa América.

MOSCA, G. (1966) “A Classe Dirigente”. In: Sociologia Política, (org. Amaury de Souza). Rio de Janeiro: Zahar.

MOSCA, G. (1968) “A Teoria da Classe Política Dirigente”. In: História das Doutrinas Políticas Desde a Antiguidade. Rio: Zahar.

Turner, G. (2009). Ordinary People and the Media: The Demotic. Turn. London: Sage.

PARETO, V. (1966) “As Elites e o Uso da Força na Sociedade”. IN: Sociologia Política, (org. Amaury de Souza), Rio: Zahar.

PARETO, V. *Traté de Sociologie Générale*, Droz, Genève (1966). 12 das obras completas publicadas sob a direção de Giovanni Busino.

PARETO, V. (1970) “La Transformation de la Democratie”, Droz, Genève.

PARETO, V. (1976) “Faits et Théories”, Droz, Genève.

PARETO, V. (1978) “Les systèmes socialistes”, Droz, Genève .

PARETO, V. (1984) “Mythes et ideologies de la politique”. Droz, Genève.

PARETO, V. (1984) “Mythes et ideologies”, Droz, Genève .

PINHEIRO, F. (2003) “A Ideia da Europa na Imprensa Desportiva Portuguesa (1893-1945). Universidade de Évora. Évora.

RAPOSO, Vera Lúcia, C., *O Poder de Eva...*, cit. Pp: 427.

RIBEIRO, Ana. (2021) “A sub-representação política das mulheres no governo local é irrelevante? Revisão do que sabemos e do que falta saber em Portugal”, *Revista Ex aequo*, Nº44, pp.20 e 21

RIBEIRO, Ana. (2021) “A sub-representação política das mulheres no governo local é irrelevante? Revisão do que sabemos e do que falta saber em Portugal”, *Revista Ex aequo*, Nº44, pp.30

ROCHER, G., (1971) “Sociologia Geral”, vol. 5, Presença, Lisboa, p: 19.

RUBIM, António, A. C., (1995). *Media. Política e Eleições: 1989-1994*. In: *A Encenação dos Sentidos. Mídia, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Diadorim.

RUSS, Jacqueline. (1994) “Les Théories du Pouvoir”. Paris: Librairie Générale Française.

SCUMPETER, Joseph, A., (1961). *As Classes Sociais num Meio Tecnicamente Homogéneo*. In: *Imperialismo, Classes Sociais*. Zahar, Rio de Janeiro.

SIGNATES, Luiz., (s/d). “Estudo Sobre o Conceito de Mediação”. s/e: s/a.

SOBRAL, José Manuel, (2007) “Pierre Bourdieu e o Estudo da Identidade Nacional”, em *Pierre Bourdieu, A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*, orgs. José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira (Porto – Afrontamento), p.233

SODRÉ, Muniz (2001). “Comunicação, Um Novo Sistema do Pensamento”. João Pessoa: Editora Universitária.

SODRÉ, Muniz (2007). “Sobre a Episteme Comunicacional”. Matrizes, n.º 1, outubro. São Paulo: USP.

SUDGEN, Jonh, e TOMLISON, Alan., (1994). “Hosts and Champions Soccer Cultures National Identities and the USA World Cup. Aldershot. Avebury.

THESSU, D., (2007). “News as Intertainment: The Rise Of Global Infotainment”. London: Sage.

THOMPSON, J. B., (2000). “A Mídia e a Modernidade”. Uma Teoria Social da Mídia. São Paulo. Editora Vozes. Available in: <https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2015/11/a-midia-e-a-modernidade-john-thompson.pdf>.

THOMPSON, J.B., (1995). “The Media and Modernity”. A Social Théory of The Media. Stanford: Stanford University Press.

VAZ-PINTO, Raquel (2016). “Para lá do Relvado”. Tinta da China. Maio de 2016. Pp: 184.

VERGARA, S.C. (2006) “métodos de Pesquisa”. S. Paulo. Atlas.

VERÓN, Elíseo (1997). “Esquema para el Análisis de la Mdditizati3n”. In: Revista Diálogos de la Comunicaci3n (n.º 48. Lima: Saywa S.R.L. Ediciones.

VERÓN, Elíseo (1998). “La Semiosis Sociale”. Barcelona: Editorial Gedisa.

WEBER, Maria, H., (2000). “Comunica3o e Espetáculos da Política”. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

WILLIAMS, Raymond, (1992). “Cultura”. Rio de Janeiro. Paz e terra.

WHANNER., Garry (1992). “Fields in Vision. Television Sport and Cultural Transformation. Londres. Routledge.

WENNER, Lawrence, A., Billings, Andrew, c., (2017). “Sport, Media and Mega-Events”. London: Routledge.

<https://doi.org/104324/9781315680521>.

ZEITLIN, I., Parte II – El Debate com el Fantasma de Marx. IN. Ydeolgia y Teoría Sociológica. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.

WEBGRAFIAS

Adm.eleitoral@sg.mai.gov.pt

<https://www.fpf.pt/pt/home.aspx>

<https://www.lfpf.pt/pages/inicio.aspx>

<https://www.rostos.pt>

<https://desporto.sapo.pt>

<https://pt.wik.pédia.org/wiki/futebol-feminino>

<https://www.fpf.pt>

[infopedia \(euro 2004\)](#)

[Futebol em Portugal. In: infopedia \(em linha\). Porto: Porto Editora. 2003-2013. \(consult\). 30/05/2023](#)

<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/11/Poder-e-tomada-de-decisão-política.pdf>

<https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2021/11/Câmaras-Municipais-2021.pdf>

<https://poligrafo.sapo.pt>